

PREGÃO ELETRÔNICO

001/2026 (90.001/2026)

CONTRATANTE (UASG)

(183038)

Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos - COLIC

OBJETO

Aquisição de 04 (quatro) servidores do tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de 60 (sessenta) meses, conforme os termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.952.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/06/2026** às **11h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	18
10. DOS RECURSOS	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

MODELO DE EDITAL – SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (90.001/2026)**
(Processo Administrativo nº 52402.006265/2025-59)

Torna-se público que o(a) **Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI**, por meio do(a) Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado(a) Rua Mayrink e Veiga nº 09 - Centro, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ 42.521.088/0001-37, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de aquisição de 04 (quatro) servidores do tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015,

bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo,

por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no **Anexo II** deste edital;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **Anexo II** deste edital;

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de

preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.22.1.1 na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2.2. empresas brasileiras;

6.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1 Por não ser uma contratação com mão-de-obra exclusiva, não há acordo, dissídio ou convenção a ser indicada.

7.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1. conter vícios insanáveis;

7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.24.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.24.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.24.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.24.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até em até duas horas horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante neste Edital e também poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, através de solicitação pelo licitac@inpi.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **licitac@inpi.gov.br** ou por petição dirigida à Divisão de Processos de Aquisição – DIPRA, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, por meio do Serviço de Protocolo e Expedição – SEPEX, situado na Rua Mayrink Veiga, nº 09, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20090-910, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
ENVELOPE COM DOCUMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ (DA REMETENTE)

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitac@inpi.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Anexo I-B – Especificação Técnica – Servidores BD;

13.11.1.3. Anexo I-C – Termo de Ciência;

13.11.1.4. Anexo I-D – Termo de Compromisso Manutenção e Sigilo;

13.11.2. Anexo II – Valores de Referência da Contratação;

13.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

13.11.4. Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato

Rio de Janeiro , de de 20.....

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Termo de Referência 117/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
117/2025	183038-MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL /RJ	PEDRO HENRIQUE TOSCANO BEZERRA	13/05/2026 14:16 (v 0.24)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		52402.006265/2025-59

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **04 (quatro) servidores do tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de sessenta meses**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador: 32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap /Hot Plug), incluindo: Garantia On Site: Superior 60 MESES	481693	Unidade	Não Possui	04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Serviço de instalação e configuração	27111	Unidade	Não Possui	01	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens e serviços, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, **justificando-se:**

1.4.1. A necessidade de cobrir todo o período de garantia dos equipamentos;

1.4.2. A necessidade de manter a prestação do serviço de troca de peças e configuração dos equipamentos, além de suporte técnico especializado;

1.4.3. A importância de manter a continuidade dos serviços prestados à sociedade ao longo de todo o período;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se devido ao fato de servidores que disponibilizam serviços essenciais da autarquia, como o sistema IPAS, estarem próximos da obsolescência. Também se justifica pelo alívio que proporcionará à infraestrutura atual, reduzindo a sobrecarga hoje existente nos servidores de produção e aumentando a estabilidade, disponibilidade e desempenho dos serviços críticos;

2.2. Os servidores atuais, HP BL460c gen9, estão em produção há 10 anos. Apesar de ser considerado um equipamento confiável, não possui homologação para as versões mais atuais do hypervisor. Outro ponto a ser considerado é que o suporte/ garantia destes equipamentos serão encerrados em breve;

2.3. Um dos requisitos essenciais do IPAS é a utilização do SGBD Oracle. Além do IPAS, o INPI possui outros sistemas que utilizam o Oracle, desenvolvidos internamente. Dada a importância desses sistemas para o funcionamento contínuo da instituição, é fundamental que os equipamentos responsáveis por garantir a disponibilidade dos serviços atendam a uma série de requisitos técnicos atualizados;

2.4. A especificação técnica e o quantitativo de servidores foram definidos mediante análise detalhada constante no item 'Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços' do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e encontram-se pormenorizados no Anexo de Especificação Técnica, ambos anexos a este Termo de Referência;

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

2.5.1. ID PCA no PNCP: **42521088000137-0-000001/2026**

2.5.2. Data de publicação no PNCP: **26/05/2025**

2.5.3. Id do item no PCA: **8**

2.5.4. Classe/Grupo: **7010**

2.5.5. Identificador da Futura Contratação: **183038-8/2026**

2.6. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital, **com o Programa de Logística Sustentável do Instituto, que foi baseado no Plano Diretor de Logística Sustentável do Governo Federal** e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia **2024-2027** da Informação e Comunicação (PDTIC) **2024-2026** do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
06	Infraestrutura Digital

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2026	
ID	Ação do PDTIC
CGTI_076	Aquisição de servidores Para ambiente Oracle

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Nos últimos anos o INPI tem firmado diversos acordos com universidades federais e outros órgãos para o desenvolvimento de novos sistemas baseados em tecnologias de ponta. A tendência é que a demanda por novos servidores de bancos de dados seja impulsionada por estes projetos. Em alguns casos há a necessidade de se duplicar um servidor de banco de dados para permitir a ingestão dos dados, por lagos de dados, sem que o servidor original de produção seja afetado pela alta taxa de leitura de suas bases. Dessa forma é esperado que a demanda por novos servidores de bancos de dados sofra um aumento nos próximos anos.

3.2. Assim, a aquisição de novos servidores é essencial para garantir a continuidade dos serviços, a segurança das operações e o suporte ao crescimento das demandas, reduzindo riscos causados por falhas ou limitações dos equipamentos atuais, especialmente no uso de tecnologias que impactam diretamente o desempenho de bancos de dados.

3.3. Para chegar ao número ideal de servidores físicos que atenda às necessidades do INPI foi realizado um estudo que leva em conta as boas práticas de virtualização, a quantidade de recursos de computação necessários para as demandas atuais e o crescimento esperado nos próximos anos. Os principais pontos desse estudo se encontram destacados a seguir e está pormenorizado no item Estimativa da demanda do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3.3.1. O cluster mínimo do VMware vSphere, seguindo as boas práticas seria composto por 3 servidores físicos, conforme descrito em <https://techdocs.broadcom.com/us/en/vmware-cis/vsphere/vsphere/7-0/vsphereavailability/vcenter-server-high-availability/plan-the-vcenter-ha-deployment/how-vcenter-ha-works.html>

3.3.2. Além disso faz-se necessário adequar a carga computacional, distribuindo os servidores virtuais entre os servidores físicos do cluster, de forma que estes não fiquem sobrecarregados (o que causaria lentidão no serviço).

3.3.3. Ainda que um dos servidores físicos fique indisponível e a sua carga seja distribuída entre os demais servidores, o serviço Oracle não pode parar ou mesmo ser prejudicado em questões de performance.

3.3.4. Para realizar este cálculo, é necessário adequar a quantidade de vCPUs dos servidores virtuais que irão executar dentro dos servidores físicos que compõem o cluster, de forma que exista uma relação adequada entre o número de vCPUs e o número de núcleos físicos. Para determinar esta relação, serão adotadas as boas práticas baseadas no Tipo de Carga de Trabalho (Fonte: VMware vSphere Resource Management Guide - Capítulos 4 (CPU) e 5 (Monitoring))

3.3.4.1. Baixa Utilização (Web servers, servidores de arquivos, controladores de domínio, infraestrutura leve): Permitem relações mais altas (1:10 até 1:15 ou mais). As VMs ficam ociosas a maior parte do tempo.

3.3.4.2. Alta Utilização / Críticas (Banco de dados SQL/Oracle, servidores de aplicação ERP, máquinas de análise de dados): Exigem relações muito mais baixas (1:2 até 1:4). Cada vCPU precisa de acesso garantido e rápido ao núcleo físico.

3.3.4.3. Workloads de CPU Intensiva (Renderização, simulações, encoding): Melhor com relação próxima de 1:1 ou 1:1.5. A contenção de CPU aqui é devastadora para o desempenho.

3.3.5. Conforme descrito acima, no caso dos servidores de banco de dados é recomendada uma relação baixa entre o número de núcleos físicos e o número de vCPUs utilizadas no VMware vSphere em um servidor físico. O recomendado seria, para cada núcleo físico, utilizar de 2 até o máximo de 4 vCPUs.

3.3.6. Para dimensionar o número adequado de servidores físicos que irão compor o cluster VMware vSphere com os servidores de banco de dados, é necessário realizar um levantamento dos servidores de banco de dados atuais, para saber a quantidade total de vCPUs em uso atualmente. Desta forma será possível estabelecer uma relação entre a quantidade de vCPUs e a quantidade de núcleos físicos dos futuros servidores.

3.3.7. Através de documentação da equipe de DBAs e pesquisas adicionais no VMware vCenter, foram levantados um total de 51 servidores virtuais de banco de dados ou máquinas de análise de dados e um total de 251 vCPUs. Com esse número total de vCPUs, pode-se calcular como seria a distribuição entre um número N de servidores físicos que vão compor um cluster VMware vSphere:

3.3.7.1. Tabela 01 - Cálculo da relação vCPUs/ núcleos físicos de acordo com o número de servidores:

vCPUS Totais	QTD Servidores	Núcleos/ servidores	Núcleos/ Cluster	Relação vCPU/ Núcleos
251	2	32	64	3,921875
251	3	32	96	2,614583333
251	4	32	128	1,9609375

3.3.7.2. Tabela 02 - Cálculo do crescimento das vCPUs ao longo da vida útil dos servidores, considerando o número de servidores no cluster (vCPUs - Considerando crescimento de 10% a.a):

	Inicial	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
vCPUs Totais	251	276,1	303,71	334,081	367,4891	404,23801
Relação 4 servidores	1,9609375	2,15703125	2,372734375	2,600007813	2,871008594	3,158109453
Relação 3 servidores	2,614583333	2,876041667	3,163645833	3,480010417	3,828011458	4,210812604

Relação 2 servidores	3,92875	4,3140625	4,74546875	5,220015625	5,742017188	6,316218906
---------------------------------	----------------	------------------	-------------------	--------------------	--------------------	--------------------

3.3.8. Considerando servidores com 32 núcleos físicos e considerando um crescimento no número de vCPUs de 10% ao ano:

3.3.8.1. Um cluster com 3 servidores (mínimo para constituir um cluster vSphere) iria começar com uma relação entre vCPUs/núcleos físicos de 2,6 vCPUs por core, o que está dentro do esperado. No entanto, considerando o crescimento continuado do número de vCPUs, é esperado que durante a vigência do quinto ano seja atingida uma relação superior a 4 vCPUs por core, o que ultrapassaria o valor limite ideal.

3.3.8.2. No caso da falha (ou parada para manutenção) de um dos servidores, somente 2 servidores restarão e a partir de um ano, considerando o crescimento do número de vCPUs, já seria atingida uma relação superior ao ideal (marcado com vermelho na tabela da Tabela 02), podendo ocasionar perda de performance e impacto para os usuários.

3.3.8.3. Nesse cenário, um cluster constituído por 4 servidores físicos (ou hosts), sustentaria uma relação de vCPUs/núcleos físicos dentro do recomendado até o fim da vida útil dos equipamentos.

3.3.8.4. Com 4 hosts, o cluster pode ser configurado para tolerar a falha de um ou até dois hosts simultaneamente, dependendo da política de admissão de controle do vSphere. Isso é crucial para um ambiente de banco de dados, onde a indisponibilidade pode ter um impacto financeiro e operacional significativo.

3.3.8.5. Em um cluster de 3 hosts, a falha de um único servidor já consome toda a capacidade de tolerância a falhas.

3.3.8.6. Apesar disso, o mesmo cálculo prevê que em algum ponto do quinto ano de vida dos equipamentos, quando um dos servidores falhar ou for desligado, os 3 servidores restantes não conseguirão manter a relação ideal de vCPUs/núcleos físicos, mas seria algo pontual e a margem excedente seria pequena, não justificando a adição de um quinto servidor ao cluster

3.3.9. Para substituir o servidor HP BL460C, é necessário escolher um equipamento que seja compatível com os requisitos do Oracle Standard. Um dos requisitos do Oracle Standard é que o servidor não possua mais do que 2 processadores. Outro requisito que já foi citado e que visa contornar a limitação de escalabilidade de processamento do Oracle Standard, é a escolha de processadores com alto índice de processamento por núcleo físico (single thread processing).

3.3.10. Em relação a escolha da arquitetura, Na comparação entre as duas (1 ou 2 processadores por servidor) temos alguns fatores importantes:

3.3.10.1. Custo de aquisição do hardware.

3.3.10.1.1. A configuração do servidor, de acordo com a escolha da arquitetura, será basicamente a mesma. O que muda é somente a opção por 2 processadores de 16 núcleos ou um único processador de 32 núcleos.

3.3.10.1.1.1. Preço de lançamento do AMD EPYC 9175F: US\$ 4256,00.

3.3.10.1.1.2. Preço de lançamento do AMD EPYC 9375F: US\$ 5306,00.

3.3.10.1.2. Como o 9175F exige um par para atender ao número de núcleos requeridos, o valor será dobrado: $2 \times \text{US\$ } 4256,00 = \text{US\$ } 8512,00$.

3.3.10.1.3. Além da redução do custo com o processador, o custo da placa-mãe para uma configuração 1P é tipicamente menor do que para uma placa-mãe 2P, devido à sua menor complexidade e menos componentes. Isto sugere que o custo total de aquisição de hardware para

o servidor com o 9375F será significativamente menor do que para o servidor com os dois 9175F. Deve-se considerar ainda que esta economia será multiplicada por 4, relativo ao número de hosts que devem compor o cluster.

3.3.10.2. Custos Operacionais: Energia e Refrigeração:

3.3.10.2.1. A diferença de consumo de energia da CPU (640W vs. 320W) traduz-se em poupanças operacionais substanciais. Para cada servidor:

3.3.10.2.1.1. Servidor 01 (9175F x 2): O consumo energético anual da CPU é de $640 \text{ W} \times 24 \text{ horas/dia} \times 365 \text{ dias/ano} \approx 5.6 \text{ MWh/ano}$.

3.3.10.2.1.2. Servidor 02 (9375F x 1): O consumo energético anual da CPU é de $320 \text{ W} \times 24 \text{ horas/dia} \times 365 \text{ dias/ano} \approx 2.8 \text{ MWh/ano}$.

3.3.10.2.2. A economia de 50% na camada do processador do Servidor 02 em relação ao Servidor 01 é um benefício contínuo que melhora o TCO a cada ano, além de reduzir os requisitos de refrigeração do datacenter.

3.3.10.3. Custo de Energia Anual para o cluster:

3.3.10.3.1. Com o servidor 01 $\approx 5.6 \text{ MWh/ano} \times 4 \text{ hosts} \approx 22.4 \text{ MWh}$.

3.3.10.3.2. Com o servidor 02 $\approx 2.8 \text{ MWh/ano} \times 4 \text{ hosts} \approx 11.2 \text{ MWh}$.

3.3.10.4. Custos de licenciamento do Oracle Standard:

3.3.10.4.1. O licenciamento do Oracle Database SE2 é feito por processador. Uma licença habilita um processador e só é possível licenciar servidores que possuam um máximo de 2 processadores.

3.3.10.4.2. De acordo com levantamento realizado (Nota Técnica Suporte Oracle), o custo das licenças do Oracle Database SE2 com suporte para um período de 5 anos, considerando o cluster de 4 hosts, seria:

3.3.10.4.2.1. Para o servidor 01: R\$ 1.573.730,55 para 8 processadores (4 hosts x 2 processadores) 9 de 35;

3.3.10.4.2.2. Para o servidor 02: R\$ 786.865,27 para 4 processadores (4 hosts x 1 processador);

3.3.10.4.2.3. No caso do licenciamento do Oracle Standard, pode-se verificar que o custo também fica reduzido pela metade e resulta em uma economia significativa.

3.4. Dessa forma, a equipe técnica avaliou os seguintes requisitos principais:

3.4.1. Processador:

3.4.1.1. Recomendação é pela aquisição de 04 (quatro) servidores equipados com um único processador AMD EPYC 9375F, devido ao alto nível de processamento single thread deste modelo e à economia proporcionada quando comparado ao outro modelo de performance semelhante, conforme exposto neste documento.

3.4.2. Memória:

3.4.2.1. A memória RAM — historicamente, no INPI — sempre foi o primeiro recurso a ficar escasso nos ambientes de virtualização. Considera-se, portanto, um incremento de 10% ao ano, lembrando dos recentes acordos do INPI com outros órgãos para o desenvolvimento de novos sistemas.

3.4.2.2. Ao fim de 5 anos, a memória total em uso no cluster deverá caber em 2 hosts, possibilitando que, mesmo com a falha ou ausência de 2 hosts, os 2 hosts remanescentes serão capazes de sustentar o serviço.

3.4.2.3. Desta forma, recomenda-se, para cada host, uma quantidade de 1TB de memória RAM DDR5 provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code).

3.4.3. Armazenamento:

3.4.3.1. O armazenamento será feito por meio do acesso ao Storage All Flash de produção, por meio de HBAs FC.

3.4.3.2. Recomenda-se: 4 portas SFP Fiber Channel 32/64Gbps divididas em, no mínimo, 2 interfaces HBA.

3.4.3.3. Deverá haver armazenamento local apenas para o processo de boot. Em cada servidor deverão vir instalados 2 discos SSD do tipo NVMe, utilizando barramento PCIe Gen 4, com capacidade mínima de 800 GB e configurados em RAID-1.

3.4.4. Conectividade:

3.4.4.1. A rede deve ser compatível com os switches atuais e deve prever a evolução para o novo padrão de 25 GbE.

3.4.4.1.1. 4 portas SFP 10GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;

3.4.4.1.2. 4 portas SFP 25GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;

3.4.4.1.3. Alternativamente, as 8 portas citadas nos itens 1.7.2 e 1.7.3, poderão ser substituídas por 4 portas divididas em 2 interfaces de rede e preenchidas com 4 transceivers dual-rate 10/25GbE;

3.4.5. Sendo assim, a solução deve:

3.4.5.1. Ser composta de 04 (quatro) servidores do tipo rack;

3.4.5.2. Possuir todos os componentes necessários à sua completa instalação, configuração e operação, bem como a respectiva garantia;

3.4.5.2.1. A garantia técnica dos equipamentos deverá ser prestada na modalidade on-site, ou seja, realizada no local de instalação da solução, mediante deslocamento de técnico especializado, de forma a garantir a continuidade operacional e a celeridade na resolução de eventuais falhas, sem ônus logístico adicional para a Administração.

3.4.5.3. Compreender o serviço de instalação e configuração;

3.4.5.4. Ser compatível com os requisitos do Oracle Standard;

3.4.5.5. Possuir processadores com alto índice de processamento por núcleo físico (single thread processing).

3.4.5.6. Fazer parte do catálogo de produtos comercializados e não ter sido descontinuada;

3.4.5.7. Ser composta por equipamentos novos, sem peças reutilizadas ou remanufaturadas;

3.4.5.8. Prover garantia e suporte do fabricante pelo período mínimo de 60 meses, incluindo atendimento presencial e remoto 24x7, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para TODOS os itens que compõem a solução;

3.4.5.9. Permitir gerenciamento remoto por IP, mesmo quando estiver desligada, desde que energizada;

3.4.5.10. Permitir controle remoto completo (teclado, mouse e monitor), mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível ou inoperante;

3.4.5.11. Disponibilizar informações sobre seu próprio status, identificando falhas em seus componentes e enviando notificações por e-mail e via trap SNMP;

3.4.5.12. Possuir Interface de gerenciamento gráfica e/ou Web, com controle de acesso seguro via HTTPS e SSH;

3.4.5.13. Ser compatível com os protocolos de criptografia SSL para acesso ao console web e SSH para acesso ao console CLI, assegurando maior segurança;

3.4.5.14. Possuir compatibilidade com o vSphere comprovada através da matriz VMware disponibilizada através do site:

3.4.5.14.1. <https://compatibilityguide.broadcom.com/searchprogram=server&persona=live&column=partnerName&order=asc>.

3.4.5.15. Incluir suporte à tecnologia de mídia virtual, permitindo que unidades de CD/DVD e portas USB localizadas na estação de gerenciamento sejam emuladas no servidor, incluindo suporte para inicialização (boot) a partir dessas mídias;

3.4.5.16. Oferecer monitoramento do consumo de energia do equipamento, possibilitando análises detalhadas de eficiência energética;

3.4.5.17. Permitir o desligamento e reinicialização remota do servidor por meio do console de gerenciamento, mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível;

3.4.5.18. Possuir software de gerenciamento desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, garantindo integração completa e suporte;

3.4.5.19. Prover capacidade computacional suficiente para substituir a infraestrutura atualmente em uso, contemplando também os recursos necessários para novos projetos e o crescimento estimado da demanda;

3.4.5.20. Ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e de combustão dos materiais elétricos;

3.4.5.20. Possuir certificado de conformidade às normas CISPR22 - Classe A ou similar e FCC - Classe A ou similar, para assegurar níveis de emissão eletromagnética;

3.4.5.21. Possuir gabinete com, no mínimo, 2 RUs;

3.4.5.22. Possuir sistema de ventilação redundante e "hot plug" para CPU que suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

3.4.5.23. Fornecer um kit de fixação para rack 19" do tipo retrátil, do mesmo fabricante do servidor;

3.4.5.24. Possibilitar a comprovação do atendimento a todos os requisitos da especificação técnica descrita no Termo de Referência por meio de documentação técnica disponível no site do fabricante, além do envio da documentação correspondente pelo licitante.

3.4.5.25. Não possuir data anunciada de EOSL ("End Of Service Life") ou Término de Serviço ou Data de Término de Comercialização (End of Sales) na data do pregão;

3.4.6. As funcionalidades, tecnologias e recursos da solução devem ser entregues e licenciados de maneira simultânea e nas capacidades totais especificadas (incluídas aquelas que vierem a ser adicionadas por não cumprimento dos requisitos) de maneira perpétua, irrestrita, sem necessidade de licenciamentos e ônus adicionais;

3.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Assim como se encontra especificada no documento Especificação Técnica, anexo a este Termo de Referência.

3.6. A solução de TIC consiste em **04 Servidores Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador: 32, Memória Ram: Superior A 1TB, Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), suporte técnico e Garantia On Site: Superior 60 MESES. Estando inclusa a instalação e configuração do equipamento. A tabela a seguir descreve a solução escolhida:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE.
1	Servidores independentes do tipo rack. Incluindo garantia de 60 meses on-site.	Unidade	04
2	Serviço de instalação e configuração.	Unidade	01

3.6.1. A opção pelo não parcelamento do objeto fundamenta-se na natureza de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em que os itens de hardware (servidores rack), instalação, configuração e suporte especializado guardam estrita interdependência técnica e operacional. A segregação desses elementos elevaria o risco de incompatibilidades sistêmicas e fragmentação de responsabilidades, dificultando a apuração de eventuais falhas e comprometendo a garantia de 60 meses.

3.6.2. No contexto estratégico do INPI, a integridade da solução é essencial para viabilizar projetos de ingestão de dados em larga escala e o funcionamento de data lakes, exigindo que o fornecedor assegure o pleno funcionamento do ecossistema tecnológico como um todo. Assim, o agrupamento garante a responsabilidade única pela performance da infraestrutura, assegurando a continuidade dos serviços, a economia de escala na gestão contratual e o suporte necessário ao crescimento das demandas institucionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Substituir equipamentos próximos da obsolescência por modelos com suporte e garantia, mantendo o parque tecnológico atualizado e adequado às necessidades do Instituto, como as destacadas a seguir:

4.1.1.1. Alta disponibilidade: Garantir que o ambiente de banco de dados esteja sempre acessível, minimizando interrupções nos serviços críticos.

4.1.1.2. Desempenho adequado: Atender aos níveis de serviço esperados, com tempos de resposta compatíveis com as operações do negócio.

4.1.1.3. Confiabilidade: Assegurar que os dados sejam armazenados, processados e recuperados de forma correta e consistente.

4.1.1.4. Segurança da informação: Proteger os dados sensíveis e garantir que o acesso esteja em conformidade com políticas internas e regulamentações externas.

4.1.1.5. Integração com sistemas existentes: Viabilizar a comunicação eficiente com outros sistemas corporativos já em uso.

4.1.1.6. Escalabilidade: Possibilidade de expansão da infraestrutura conforme o crescimento do volume de dados.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis, como:

4.3.1. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (alterada pela Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação;

4.3.2. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal e faz exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;

4.3.4. Portaria INPI/PR nº 65, de 1º de setembro de 2022, que Institui a Política de Segurança da Informação (POSIN), a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) e o Comitê de Segurança da Informação (CSI), no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, assim como regulamenta o funcionamento da ETIR e do CSI;

Requisitos de Manutenção

4.4. Os requisitos de garantia, manutenção e assistência técnica foram detalhados no **Anexo I Especificações Técnicas** - item Suporte e Garantia, que faz parte deste documento.

Requisitos Temporais

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **60** dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. A instalação e configuração deverá ser efetivada no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento dos equipamentos pela CONTRATANTE.

Local de Entrega

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Equinix Centro de Dados (RJ2)	Estrada Adhemar Bebian, 1380 - Del Castilho - Inhaúma, CEP: 21061-750	Rio de Janeiro	RJ

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.7. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e todas as normas, padrões e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do INPI;

4.8. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, todas as normas, padrões e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do INPI;

4.9. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente, principalmente a Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que apresenta diretrizes para disponibilidade e integridade dos dados no âmbito da Administração Pública Federal, e demais dispositivos legais complementares que forem aplicáveis pelo INPI;

4.10. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme a IN SGD/ME 94 /2022;

- 4.11. Os colaboradores da CONTRATADA envolvidos na prestação de serviços deverão assinar Termo de Ciência, que visa obter o comprometimento formal sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição, conforme a IN SGD/ME 94/2022, art. 18, inciso V, alínea “b”;
- 4.12. A CONTRATADA deverá apresentar a relação nominal dos profissionais envolvidos na execução do contrato que deverão ter acesso às instalações do INPI, bem como os referidos termos assinados;
- 4.13. A CONTRATADA deverá submeter-se às normas e políticas de segurança do INPI e assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;
- 4.14. A CONTRATADA deve comunicar formal e imediatamente ao representante do INPI qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço;
- 4.15. Toda informação confidencial disponibilizada em razão desta contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses: a) Término ou rompimento do Contrato; b) Solicitação do INPI.
- 4.16. O Contratado deverá comunicar a Contratante qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos da Contratante porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
- 4.17. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.18. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.18.1. Deve oferecer monitoramento do consumo de energia do equipamento, possibilitando análises detalhadas de eficiência energética.
- 4.18.2. Deve ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e de combustão dos materiais elétricos;
- 4.18.3. Deve possuir certificado de conformidade às normas CISPR22 - Classe A ou similar e FCC - Classe A ou similar, para assegurar níveis de emissão eletromagnética;
- 4.18.4. Lei nº 12.305/ 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 4.18.5. Durante a execução de tarefas no ambiente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar, o trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público;
- 4.18.6. Deverão ser fornecidas as documentações e manuais técnicos completos, em formato digital e em português, necessários à instalação, configuração e operação dos equipamentos.
- 4.18.7. O atendimento aos chamados de assistência técnica, bem como de visita técnica ou casos excepcionais, por qualquer meio de comunicação, deverá ser efetuado em língua portuguesa, preferencialmente;

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.19. Os requisitos de arquitetura tecnológica foram detalhados no **Anexo Especificações Técnicas** - item Características gerais, que faz parte deste documento.
- 4.19.1. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.20. Os requisitos de implantação foram detalhados no **Anexo Especificações Técnicas** - item Serviço de instalação e configuração, que faz parte deste documento.

Requisitos de Implantação

4.21. Os requisitos de implantação foram detalhados no **Anexo Especificações Técnicas** - item Serviço de instalação e configuração, que faz parte deste documento.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.22. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.23. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.24. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.24.1. A garantia técnica dos equipamentos deverá ser prestada na modalidade on-site, ou seja, realizada no local de instalação da solução, mediante deslocamento de técnico especializado, de forma a garantir a continuidade operacional e a celeridade na resolução de eventuais falhas, sem ônus logístico adicional para a Administração.

4.25. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.26. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.27. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.28. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.29. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.30. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.31. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.32. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.33. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.34. Os demais requisitos de garantia, manutenção e assistência técnica foram detalhados no **Anexo Especificações Técnicas** - item Suporte e Garantia, que faz parte deste documento.

Requisitos de Experiência Profissional

4.35. Os serviços de instalação, assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.36. Os serviços de instalação, assistência técnica, suporte, garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.37. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento (OF) emitida pela Contratante.

4.38. A OF indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.39. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24** horas por dia e **07** dias por semana de maneira eletrônica e **24** horas por dia e **07** dias por semana por via telefônica.

4.40. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.41. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.41.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações em especial atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à POSIN-MD;

4.41.2. O Contratado deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022.

4.41.3. Conforme legislação em vigor e termo de compromisso assinado, a CONTRATADA responderá caso ocorra divulgação ou uso de informação sigilosa a que tenha acesso em virtude da presente contratação;

4.41.4. A CONTRATADA deverá fornecer os dados dos funcionários para obter acesso aos equipamentos referentes a infraestrutura de telefonia do INPI.

Sustentabilidade

4.42. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.42.1. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

4.42.2. Para os itens constantes no objeto da contratação, caso sejam de procedência nacional, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de

Subcontratação

4.43. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.44. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.45. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.45.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.45.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.45.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.45.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.45.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.46. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.47. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.48. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.49. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.49.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.50. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.50.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.50.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.51. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.52. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.53. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A31] .

4.54. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.54.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.54.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.55. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.55.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.55.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.56. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.57. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.58. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.59. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.60. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.60.1 Substituir os servidores próximos da obsolescência por modelos com suporte e garantia, mantendo o parque tecnológico atualizado e visando a disponibilidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

4.60.2. Além do(s) atestado(s) de qualificação técnica, será solicitado ao licitante classificado em primeiro lugar o encaminhamento da descrição detalhada dos equipamentos ofertados, e anexar a respectiva documentação técnica, para comprovação das especificações técnicas mínimas, fazendo constar da proposta técnica a identificação e página do documento onde se encontra descrita cada uma das características ofertadas.

4.60.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de solicitar informações adicionais caso considere necessário para a correta avaliação da solução.

4.61.5. Em observância ao art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021, a proposta de preços deverá detalhar individualmente os componentes do lote, ainda que a licitação seja por preço global, observando-se a seguinte subdivisão:

- a) Item 1: Aquisição de equipamentos e garantia técnica;
- b) Item 2: Serviços de instalação e configuração.

Margem de Preferência

4.62. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento (OF) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OF.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Justificativa: Os itens 6.1 e 6.2 foram ajustados em razão da troca de nomenclatura da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) para Ordem de Fornecimento (OF) foi incluído para maior detalhamento do item principal.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. O prazo de entrega dos bens e serviços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante, em remessa única.
- 6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Equinix Centro de Dados (RJ2)	Estrada Adhemar Bebiano, 1380 - Del Castilho - Inhaúma, CEP: 21061-750	Rio de Janeiro	RJ

- 6.6.1. Havendo mudança de endereço durante a vigência contratual, a Contratada será informada.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.9. Cada OF conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.10.1 Ordem de Fornecimento;

6.10.2 Ata de Reunião;

6.10.3 Ofício;

6.10.4 Sistema de abertura de chamados;

6.10.5 E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.11. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. *O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.*

6.13. *O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos a este Termo de Referência.*

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.24. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.25. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.26. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.27. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.28. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.29. Após a implantação da solução:

7.29.1. Verificação de conformidade dos Requisitos de Instalação e Configuração (Requisitos de Implantação), incluindo a entrega da documentação de “as built”.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.30.1. Testes de Operação dos equipamentos recebidos após a instalação e configuração realizada pela contratada;

7.30.2 avaliação de aderência dos equipamentos entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo - Especificações Técnicas**.

7.30.3 avaliação da situação dos equipamentos e conformidade com os requisitos de sustentabilidade definidos na seção 4 - requisitos da contratação. Além de aderência as definições contidas na seção 6 e 7 deste Termo de Referência.

7.30.4. Em caso de inconsistências será emitido Termo de Rejeição.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAOFB - INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OFB
--

Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAOFB < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$IAOFB = (TEX - TEST) / TEST$</p> <p>Onde:</p> <p>IAOFB – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.	
	<p>Para valores do indicador IAOFB:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OFB</p>	

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OFB
	De 0,21 a 0,30 – Glosa de 1,0% sobre o valor da OFB
	De 0,31 a 0,40 – Glosa de 2,0% sobre o valor da OFB
	De 0,41 a 0,50 – Glosa de 3,0% sobre o valor da OFB De 0,51 a 0,60 – Glosa de 4,0% sobre o valor da OFB
	De 0,61 a 0,70 – Glosa de 5,0% sobre o valor da OFB
	Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 10,0% sobre o valor da OFB e Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento deste Termo de Referência.
	Obs.: As glosas serão aplicadas ao montante a ser pago por cada item da solução

IACH – INDICADOR DE ATRASO DE SOLUÇÃO DE CHAMADOS DE SUPORTE TÉCNICO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo no atendimento dos chamados de suporte técnico.	
Meta a cumprir	IACH <= 0	A meta definida visa o atendimento dos chamados de suporte técnico dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão dos chamados de suporte técnico.	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme data e hora de abertura de chamado de suporte técnico.</p> <p>Será subtraída a data de solução do chamado (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de abertura do chamado.</p>	
Periodicidade	Mensalmente, para cada chamado encerrado	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$IACH = (TEX - TEST) / TEST$</p> <p>Onde:</p> <p>IACH – Indicador de atraso no atendimento de chamados.</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de atendimento do chamado, da sua data de início até a data de solução do chamado.</p> <p>A data de início será aquela constante na abertura do chamado. A data de solução do chamado deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução do chamado continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada atender à solicitação de suporte técnico e houver aceitação por parte do fiscal técnico.</p>	

	TEST – Tempo para a solução do chamado de suporte técnico, conforme estipulado no Termo de Referência.
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da abertura do chamado de suporte técnico.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IACH:</p> <p>De 0 a 0,17 – Multa de 0,0% sobre valor do contrato</p> <p>De 0,18 a 0,33 – Multa de 0,20% sobre valor do contrato</p> <p>De 0,34 a 0,50 – Multa de 0,40% sobre valor do contrato</p> <p>De 0,51 a 0,66 – Multa de 0,60% sobre valor do contrato</p> <p>De 0,67 a 0,83 – Multa de 0,80% sobre valor do contrato</p> <p>De 0,84 a 1,00 – Multa de 1,00% sobre valor do contrato Acima de 1,00 – Será aplicada Multa de 5,0% sobre valor do contrato e aplicadas Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento previstas neste Termo de Referência</p>

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,2 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 0,5 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAOFB (Indicador de Atraso de Entrega de OFB)	Multa de 10% sobre o valor do Contrato, para valores do indicador IAOFB maiores que 1,00
		Para valores do IAOFB inferiores a 1,00, consultar o campo Faixas de ajuste no pagamento e Sanções descritas do respectivo indicador.
3	Não atender ao indicador de nível de serviço IACH (Indicador de Atraso de Solução de Chamados de Suporte Técnico)	Multa de 10% sobre o valor do Contrato, para valores do indicador IACH maiores que 2,00
		Para valores do IACH inferiores a 2,00, consultar o campo Faixas de ajuste no pagamento e Sanções descritas do respectivo indicador.

4	<i>Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<p>Advertência.</p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 % do valor total do Contrato.</p>
---	---	---

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

8.4.4.2. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas infrações constantes do item 8.1 do Termo de referência que balizou a presente contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

Para o recebimento de bens

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **20 (vinte) dias úteis**.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Para o recebimento de serviços

9.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.10.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

9.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

9.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.26. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.26.1. o prazo de validade;

9.26.2. a data da emissão;

9.26.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.26.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.26.5. o valor a pagar; e

9.26.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.27. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.28. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.34. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI** de correção monetária.

Forma de pagamento

9.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.37.1. O pagamento será realizado em parcela única após o respectivo recebimento definitivo do bem e/ou serviço.

9.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.40. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.41. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

9.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO** sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

- 10.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

10.28. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.33.1.1. Prestação de serviços de fornecimento, instalação e configuração de servidores do tipo rack, sendo necessário que o servidor fornecido no contrato referido no atestado possua capacidade de processamento equivalente a pelo menos 50% das especificações técnicas exigidas no objeto desta contratação

10.33.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

10.33.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

10.33.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à*

contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.428.000,00 (Um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil reais.).

11.1.1. Os custos (iniciais) acima foram estimados pela equipe de planejamento da contratação e detalhados no Estudo Técnico Preliminar.

11.1.2. O valor estimado da contratação, será estabelecido em Edital, após pesquisa de preços realizada pela área técnica responsável do INPI (COLIC/DIPRA).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: **18801 / 183038**;

II) Fonte de recursos: **1050**;

III) Programa de trabalho: **2801/21FI/0001**;

IV) Elemento de despesa: **44905243, 44904003**; e

V) Plano interno: **CGTI**.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Entrega de bens	Até 60 dias após a emissão da OS	R\$ 0,00
Serviço de instalação e configuração	Até 15 dias após a entrega dos equipamentos	R\$ 0,00

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO HENRIQUE TOSCANO BEZERRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 12:09:26.

GILBERTO DO VALE DE LIMA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:15:23.

NATALIA PACHECO RIBEIRO MACHADO

Integrante Administrativo



Documento assinado digitalmente

NATALIA PACHECO RIBEIRO MACHADO

Data: 14/05/2026 16:06:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:16:58.

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Estudo Técnico Preliminar 20/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 52402.006265/2025-59

2. Descrição da necessidade

2.1. O INPI conta com uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) robusta, essencial para a disponibilização de serviços tanto internos quanto externos. No entanto, alguns dos servidores atualmente em operação estão se aproximando da obsolescência, o que pode comprometer a eficiência e a segurança dos sistemas. Principalmente por causa do sistema IPAS, que é desenvolvido e fornecido pela OMPI, sendo utilizado pelas áreas finalísticas de Marcas e de Desenho Industrial. Um dos requisitos essenciais do IPAS é a utilização do SGBD Oracle. Além do IPAS, o INPI possui outros sistemas que utilizam o Oracle, desenvolvidos internamente. Dada a importância desses sistemas para o funcionamento contínuo da instituição, é fundamental que os equipamentos responsáveis por garantir a disponibilidade dos serviços atendam a uma série de requisitos técnicos atualizados;

2.2. O INPI utiliza a virtualização de servidores em sua infraestrutura de TIC. Os servidores Oracle também são virtualizados e é necessário que o servidor físico, que executa o sistema de virtualização (VMware vSphere), esteja licenciado adequadamente.

2.3. O único servidor físico na infraestrutura de TIC do INPI que possui um total de até 36 núcleos físicos é o HP BL460c Gen9 que possui um total de 24 núcleos físicos. Os demais servidores possuem uma quantidade maior do que 36 núcleos físicos e não podem ser licenciados. Por esse motivo, todos os servidores Oracle do INPI estão funcionando dentro de um único servidor HP BL460c Gen9. E não há licenças suficientes para habilitar um segundo servidor.

2.4. Considerando isto, o servidor HP BL460c gen9 já se encontra próximo de completar 10 anos em produção. Com isso pode-se deduzir que ele, em breve, será descontinuado pelo fabricante.

2.5. Um sinal de sua obsolescência é a não homologação para a versão mais nova do ESXi da VMware. Este equipamento só é homologado até o VMware ESXi 7, não possuindo homologação para o ESXi 8, que é a versão mais atual deste hypervisor. A empresa contratada, a MPE, ainda não informou a data de End of Life deste equipamento. Conforme publicação do contrato e extrato, documento SEI 0369750, a vigência inicial se deu no dia 04/02/2021. Considerando a data final do 4º termo aditivo, o dia 04/02/2026, não há possibilidade de prorrogação, tendo em vista o limite de 60 meses.

2.6. A continuidade da utilização desse equipamento representa um risco significativo à segurança da informação, uma vez que não há mais atualizações de firmware, correções de vulnerabilidades ou suporte para falhas críticas. Além disso, sua limitação de desempenho compromete a implementação de novos projetos que demandam maior poder computacional.

2.7. O fato de que um único servidor físico esteja sustentando todos os servidores virtuais Oracle do INPI é um ponto de falha, por ser incapaz de prover os níveis adequados de disponibilidade e escalabilidade que um serviço crítico requer. Como se trata de um servidor único, caso ele falhe ou precise ser desligado para manutenção, o serviço seria interrompido. Caso seja necessário criar uma quantidade maior de servidores Oracle, também haveria a limitação dos recursos de hardware deste servidor (memória e processador), que já se encontram próximos de seu limite.

- 2.8. O ideal seria formar um cluster composto por diversos servidores onde um destes poderia falhar ou ser desligado e a carga de trabalho deste servidor seria distribuída automaticamente entre os equipamentos remanescentes, provendo assim, uma alta disponibilidade no serviço de banco de dados.
- 2.9. Entre os principais requisitos para os novos servidores, destacam-se o poder de processamento adequado, que assegura a alocação eficiente de recursos para a execução dos serviços, e o suporte técnico contínuo, que inclui garantia do produto e manutenção preventiva e corretiva. Esses aspectos são cruciais para mitigar riscos relacionados à segurança da informação, bem como para garantir a compatibilidade com sistemas operacionais e softwares utilizados pela autarquia. Além disso, a adequação dos novos servidores à aplicação de patches de segurança e a realização de atualizações regulares são medidas indispensáveis para manter a integridade e a segurança dos dados e serviços oferecidos;
- 2.10. Além do processador, servidores físicos modernos implementam diversas tecnologias novas que podem influir na performance de um banco de dados, como memórias mais rápidas (DDR5), suporte a padrões de rede mais atuais, permitindo um acesso mais rápido ao sistema de discos no storage.
- 2.11. Portanto, a aquisição de novos servidores é imprescindível para garantir a continuidade, a segurança das operações e o suporte ao crescimento das demandas tecnológicas da autarquia, especialmente diante do risco iminente de falhas ou desempenho inadequado dos servidores antigos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIINF	Gilberto Lima

4. Necessidades de Negócio

- 4.1. Nos últimos anos o INPI tem firmado diversos acordos com universidades federais e outros órgãos para o desenvolvimento de novos sistemas baseados em tecnologias de ponta. A tendência é que a demanda por novos servidores de bancos de dados seja impulsionada por estes projetos. Em alguns casos há a necessidade de se duplicar um servidor de banco de dados para permitir a ingestão dos dados, por lagos de dados, sem que o servidor original de produção seja afetado pela alta taxa de leitura de suas bases. Dessa forma é esperado que a demanda por novos servidores de bancos de dados sofra um aumento nos próximos anos.
- 4.2. A substituição dos servidores atuais é essencial para garantir a continuidade e a segurança das operações da autarquia, com foco na alta disponibilidade das aplicações institucionais e na integridade dos dados. A infraestrutura tecnológica precisa ser constantemente aprimorada para acompanhar as crescentes demandas operacionais e a evolução das ferramentas e serviços utilizados. Equipamentos obsoletos podem comprometer a estabilidade dos sistemas, aumentando o risco de falhas e períodos de indisponibilidade, o que impactaria diretamente na funcionalidade das soluções de TI.
- 4.3. Além disso, a substituição dos servidores permitirá maior capacidade de resposta a eventuais problemas críticos, com a garantia de que falhas sejam rapidamente identificadas e corrigidas, priorizando a restauração de serviços essenciais. A nova infraestrutura também garantirá que os sistemas de informação, ferramentas e serviços que dependem desses servidores operem sem interrupções, com níveis elevados de segurança, integridade e confiabilidade. Com a aquisição de novos servidores, será possível manter um suporte técnico ágil e eficiente, assegurando que quaisquer solicitações emergenciais ou críticas sejam atendidas dentro de prazos adequados, minimizando o impacto no desempenho e na operação do INPI.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A solução deve:

5.1.1. Ser composta de 04 (quatro) servidores do tipo rack;

5.1.2. Possuir todos os componentes necessários à sua completa instalação, configuração e operação, bem como a respectiva garantia;

5.1.2.1. A garantia técnica dos equipamentos deverá ser prestada na modalidade on-site, ou seja, realizada no local de instalação da solução, mediante deslocamento de técnico especializado, de forma a garantir a continuidade operacional e a celeridade na resolução de eventuais falhas, sem ônus logístico adicional para a Administração.

5.1.3. Compreender o serviço de instalação e configuração;

5.1.4. Ser compatível com os requisitos do Oracle Standard;

5.1.5. Possuir processadores com alto índice de processamento por núcleo físico (single thread processing).

5.1.6. Fazer parte do catálogo de produtos comercializados e não ter sido descontinuada;

5.1.7. Ser composta por equipamentos novos, sem peças reutilizadas ou remanufaturadas;

5.1.8. Prover garantia e suporte do fabricante pelo período mínimo de 60 meses, incluindo atendimento presencial e remoto 24x7, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para TODOS os itens que compõem a solução;

5.1.9. Permitir gerenciamento remoto por IP, mesmo quando estiver desligada, desde que energizada;

5.1.10. Permitir controle remoto completo (teclado, mouse e monitor), mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível ou inoperante;

5.1.11. Disponibilizar informações sobre seu próprio status, identificando falhas em seus componentes e enviando notificações por e-mail e via trap SNMP;

5.1.12. Possuir Interface de gerenciamento gráfica e/ou Web, com controle de acesso seguro via HTTPS e SSH;

5.1.13. Ser compatível com os protocolos de criptografia SSL para acesso ao console web e SSH para acesso ao console CLI, assegurando maior segurança;

5.1.14. Possuir compatibilidade com o vSphere comprovada através da matriz VMware disponibilizada através do site:

5.1.14.1. <https://compatibilityguide.broadcom.com/searchprogram=server&persona=live&column=partnerName&order=asc>.

5.1.15. Incluir suporte à tecnologia de mídia virtual, permitindo que unidades de CD/DVD e portas USB localizadas na estação de gerenciamento sejam emuladas no servidor, incluindo suporte para inicialização (boot) a partir dessas mídias;

5.1.16. Oferecer monitoramento do consumo de energia do equipamento, possibilitando análises detalhadas de eficiência energética;

5.1.17. Permitir o desligamento e reinicialização remota do servidor por meio do console de gerenciamento, mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível;

5.1.18. Possuir software de gerenciamento desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, garantindo integração completa e suporte;

5.1.19. Prover capacidade computacional suficiente para substituir a infraestrutura atualmente em uso, contemplando também os recursos necessários para novos projetos e o crescimento estimado da demanda;

5.1.20. Ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e de combustão dos materiais elétricos;

5.1.20. Possuir certificado de conformidade às normas CISPR22 - Classe A ou similar e FCC - Classe A ou similar, para assegurar níveis de emissão eletromagnética;

5.1.21. Possuir gabinete com, no mínimo, 2 RUs;

5.1.22. Possuir sistema de ventilação redundante e "hot plug" para CPU que suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

5.1.23. Fornecer um kit de fixação para rack 19" do tipo retrátil, do mesmo fabricante do servidor;

5.1.24. Possibilitar a comprovação do atendimento a todos os requisitos da especificação técnica descrita no Termo de Referência por meio de documentação técnica disponível no site do fabricante, além do envio da documentação correspondente pelo licitante.

5.2. Não poderá haver data anunciada de EOSL ("End Of Service Life") ou Término de Serviço ou Data de Término de Comercialização (End of Sales) na data do pregão;

5.3. As funcionalidades, tecnologias e recursos da solução devem ser entregues e licenciados de maneira simultânea e nas capacidades totais especificadas (incluindo aquelas que vierem a ser adicionadas por não cumprimento dos requisitos) de maneira perpétua, irrestrita, sem necessidade de licenciamentos e ônus adicionais;

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Seguir as especificações mínimas do edital, ficando a critério da administração o aceite de configurações superiores, desde que compatíveis com a necessidade do equipamento;

6.2. A solução deve oferecer canais de comunicação diretos e acessíveis entre a equipe técnica e o fornecedor. Tal canal de comunicação deve permitir o acesso facilitado às atualizações e correções futuras, além de poder acionar a assistência técnica para resolução de problemas;

6.3. A solução deve adotar práticas robustas para garantir a segurança e a integridade dos dados, garantindo que as informações e o equipamento estejam protegidos;

6.4. A contratada deverá possuir experiência profissional comprovada na instalação e manutenção da solução ofertada;

6.5. O atendimento de todos os requisitos solicitados nesta especificação técnica deverá ser comprovado através de documentação técnica disponível para consulta no website do fabricante, bem como, envio de documentação pelo licitante.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Para determinar o número de servidores que devem compor o cluster de servidores de Bancos de Dados, é necessário antes fazer uma contextualização do cenário atual da infraestrutura que atende aos servidores Oracle.

7.1.1. As 18 licenças do Oracle Database Enterprise adquiridas pelo INPI, podem licenciar um servidor físico com um total de até 36 núcleos físicos ou cores (de processadores). Cada licença habilita 2 núcleos físicos. Atualmente, existem 2 problemas principais no licenciamento do Oracle Enterprise no INPI:

7.1.1.1. Ele está sem suporte há anos, o que o torna defasado e propenso a bugs e falhas de segurança. É importante ressaltar que reativar o suporte deste produto, não é viável economicamente. Seria muito mais caro do que adquirir as mesmas licenças novamente.

7.1.1.2. A dificuldade de licenciar mais de um servidor físico acarreta uma falha no requisito de alta disponibilidade, fundamental para qualquer serviço crítico.

7.1.2. Para solucionar estes problemas, foi realizado um estudo que indicou a aquisição de licenças Oracle Standard como a melhor solução para licenciar os servidores físicos. É uma solução mais econômica do que o Oracle Enterprise e atende às necessidades do INPI. O Oracle Standard solucionaria os dois problemas citados anteriormente.

7.1.3. Entretanto, o Oracle Standard tem uma limitação associada à escalabilidade da capacidade de processamento. De forma resumida pode-se dizer que os servidores virtuais não conseguem se beneficiar de uma quantidade de vCPUs superior a 18 (sendo 16 para o próprio Oracle e 2 para o sistema operacional).

7.1.4. Para contornar esta limitação, o ideal seria licenciar um servidor que possua núcleos físicos com alta capacidade de processamento de forma individual (single thread processing). Tal servidor, em comparação com o atual equipamento que está defasado tecnologicamente, proporcionaria um ganho de processamento que compensaria a limitação da escalabilidade do Oracle Standard.

7.1.5. Da mesma forma que este requisito de processamento beneficiaria os servidores Oracle, também seria capaz de beneficiar outros servidores de banco de dados, particularmente aqueles que possuem limitações na quantidade de vCPUs devido a requisitos de licenciamento. Entretanto, independentemente de ter ou não uma limitação na quantidade de vCPUs, qualquer SGBD se beneficiaria ao ser executado em um hardware com tecnologia atualizada e processador com alta capacidade de single thread processing.

7.2. Nos últimos anos o INPI tem firmado diversos acordos com universidades federais e outros órgãos para o desenvolvimento de novos sistemas baseados em tecnologias de ponta. A tendência é que a demanda por novos servidores de bancos de dados seja impulsionada por estes projetos. Em alguns casos há a necessidade de se duplicar um servidor de banco de dados para permitir a ingestão dos dados, por lagos de dados, sem que o servidor original de produção seja afetado pela alta taxa de leitura de suas bases. Dessa forma é esperado que a demanda por novos servidores de bancos de dados sofra um aumento nos próximos anos.

7.3. Assim, a aquisição de novos servidores é essencial para garantir a continuidade dos serviços, a segurança das operações e o suporte ao crescimento das demandas, reduzindo riscos causados por falhas ou limitações dos equipamentos atuais, especialmente no uso de tecnologias que impactam diretamente o desempenho de bancos de dados.

7.4. Para chegar ao número ideal de servidores físicos que atenda às necessidades do INPI é necessário realizar um estudo que leva em conta as boas práticas de virtualização, a quantidade de recursos de computação necessários para as demandas atuais e o crescimento esperado nos próximos anos.

7.4.1. O cluster mínimo do VMware vSphere, seguindo as boas práticas seria composto por 3 servidores físicos, conforme descrito em <https://techdocs.broadcom.com/us/en/vmware-cis/vsphere/vsphere/7-0/vsphereavailability/vcenter-server-high-availability/plan-the-vcenter-ha-deployment/how-vcenter-ha-works.html>

7.4.2. Além disso faz-se necessário adequar a carga computacional, distribuindo os servidores virtuais entre os servidores físicos do cluster, de forma que estes não fiquem sobrecarregados (o que causaria lentidão no serviço).

7.4.3. Ainda que um dos servidores físicos fique indisponível e a sua carga seja distribuída entre os demais servidores, o serviço Oracle não pode parar ou mesmo ser prejudicado em questões de performance.

7.4.4. Para realizar este cálculo, é necessário adequar a quantidade de vCPUs dos servidores virtuais que irão executar dentro dos servidores físicos que compõem o cluster, de forma que exista uma relação adequada entre o número de vCPUs e o número de núcleos físicos. Para determinar esta relação, serão adotadas as boas práticas baseadas no Tipo de Carga de Trabalho (Fonte: VMware vSphere Resource Management Guide - Capítulos 4 (CPU) e 5 (Monitoring)):

7.4.4.1. Baixa Utilização (Web servers, servidores de arquivos, controladores de domínio, infraestrutura leve): Permitem relações mais altas (1:10 até 1:15 ou mais). As VMs ficam ociosas a maior parte do tempo.

7.4.4.2. Alta Utilização / Críticas (Banco de dados SQL/Oracle, servidores de aplicação ERP, máquinas de análise de dados): Exigem relações muito mais baixas (1:2 até 1:4). Cada vCPU precisa de acesso garantido e rápido ao núcleo físico.

7.4.4.3. Workloads de CPU Intensiva (Renderização, simulações, encoding): Melhor com relação próxima de 1:1 ou 1:1.5. A contenção de CPU aqui é devastadora para o desempenho.

7.4.5. Conforme descrito acima, no caso dos servidores de banco de dados é recomendada uma relação baixa entre o número de núcleos físicos e o número de vCPUs utilizadas no VMware vSphere em um servidor físico. O recomendado seria, para cada núcleo físico, utilizar de 2 até o máximo de 4 vCPUs.

7.4.6. Para dimensionar o número adequado de servidores físicos que irão compor o cluster VMware vSphere com os servidores de banco de dados, é necessário realizar um levantamento dos servidores de banco de dados atuais, para saber a quantidade total de vCPUs em uso atualmente. Desta forma será possível estabelecer uma relação entre a quantidade de vCPUs e a quantidade de núcleos físicos dos futuros servidores.

7.4.7. Através de documentação da equipe de DBAs e pesquisas adicionais no VMware vCenter, foram levantados um total de 51 servidores virtuais de banco de dados ou máquinas de análise de dados e um total de 251 vCPUs. Com esse número total de vCPUs, pode-se calcular como seria a distribuição entre um número N de servidores físicos que vão compor um cluster VMware vSphere:

7.4.7.1. Tabela 01 - Cálculo da relação vCPUs/ núcleos físicos de acordo com o número de servidores:

vCPUS Totais	QTD Servidores	Núcleos/ servidores	Núcleos/ Cluster	Relação vCPU/ Núcleos
251	2	32	64	3,921875
251	3	32	96	2,614583333
251	4	32	128	1,9609375

7.4.7.2. Tabela 02 - Cálculo do crescimento das vCPUs ao longo da vida útil dos servidores, considerando o número de servidores no cluster (vCPUs - Considerando crescimento de 10% a.a):

	Inicial	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
vCPUs Totais	251	276,1	303,71	334,081	367,4891	404,23801
Relação 4 servidores	1,9609375	2,15703125	2,372734375	2,600007813	2,871008594	3,158109453
Relação 3 servidores	2,614583333	2,876041667	3,163645833	3,480010417	3,828011458	4,210812604
Relação 2 servidores	3,92875	4,3140625	4,74546875	5,220015625	5,742017188	6,316218906

7.4.8. Considerando servidores com 32 núcleos físicos e considerando um crescimento no número de vCPUs de 10% ao ano:

7.4.8.1. Um cluster com 3 servidores (mínimo para constituir um cluster vSphere) iria começar com uma relação entre vCPUs/núcleos físicos de 2,6 vCPUs por core, o que está dentro do esperado. No entanto, considerando o crescimento continuado do número de vCPUs, é esperado que durante a vigência do quinto ano seja atingida uma relação superior a 4 vCPUs por core, o que ultrapassaria o valor limite ideal.

7.4.8.2. No caso da falha (ou parada para manutenção) de um dos servidores, somente 2 servidores restarão e a partir de um ano, considerando o crescimento do número de vCPUs, já seria atingida uma

relação superior ao ideal (marcado com vermelho na tabela da Tabela 02), podendo ocasionar perda de performance e impacto para os usuários.

7.4.8.3. Nesse cenário, um cluster constituído por 4 servidores físicos (ou hosts), sustentaria uma relação de vCPUs/núcleos físicos dentro do recomendado até o fim da vida útil dos equipamentos.

7.4.8.4. Com 4 hosts, o cluster pode ser configurado para tolerar a falha de um ou até dois hosts simultaneamente, dependendo da política de admissão de controle do vSphere. Isso é crucial para um ambiente de banco de dados, onde a indisponibilidade pode ter um impacto financeiro e operacional significativo.

7.4.8.5. Em um cluster de 3 hosts, a falha de um único servidor já consome toda a capacidade de tolerância a falhas.

7.4.8.6. Apesar disso, o mesmo cálculo prevê que em algum ponto do quinto ano de vida dos equipamentos, quando um dos servidores falhar ou for desligado, os 3 servidores restantes não conseguirão manter a relação ideal de vCPUs/núcleos físicos, mas seria algo pontual e a margem excedente seria pequena, não justificando a adição de um quinto servidor ao cluster

7.5. Para substituir o servidor HP BL460C, é necessário escolher um equipamento que seja compatível com os requisitos do Oracle Standard. Um dos requisitos do Oracle Standard é que o servidor não possua mais do que 2 processadores. Outro requisito que já foi citado e que visa contornar a limitação de escalabilidade de processamento do Oracle Standard, é a escolha de processadores com alto índice de processamento por núcleo físico (single thread processing).

7.5.1. Para escolher o processador adequado, foram utilizados os seguintes sites especializados em benchmarking de processadores e de servidores:

7.5.1.1. PassMark Software - https://www.cpubenchmark.net/CPU_mega_page.html

7.5.1.2. spec.org - <https://www.spec.org>

7.5.2. No site PassMark Software é possível identificar os processadores para servidores, com os melhores índices de single thread processing.

CPU Name	Cores	CPU Mark	Thread Mark	TDP (W)	Socket	Category
Search...	16 32	Min... Max...	3700 Max...	Min... 320	Type or select	Server
AMD EPYC 4545P	16	55,036	4,519	65	AM5	Server
AMD EPYC 4584PX	16	60,169	3,964	120	AM5	Server
AMD EPYC 4565P	16	64,068	4,740	170	AM5	Server
AMD EPYC 4564P	16	64,708	4,321	170	AM5	Server
AMD EPYC 4585PX	16	70,853	4,693	170	AM5	Server
Intel Xeon w7-2595X	26	66,049	3,704	250	FCLGA4677	Server
AMD EPYC 9175F	16	65,557	4,248	320	SP5	Server
[Dual CPU] AMD EPYC 9175F	16	100,968	3,702	320	SP5	Server
AMD EPYC 9275F	24	84,620	3,810	320	SP5	Server
AMD EPYC 9375F	32	95,768	3,762	320	SP5	Server
AMD EPYC 9355P	32	97,255	3,741	280	SP5	Server
[Dual CPU] AMD EPYC 9335	32	132,438	3,741	210	SP5	Server

Imagem - 01 - Processadores de categoria servidor com melhores índices de single thread processing.

7.5.3. Para isso foram colocados os seguintes filtros:

7.5.3.1. Quantidade de cores: 16 mínimo e 32 no máximo (2 processadores com 16 núcleos ou 1 processador com 32 núcleos)

7.5.3.2. Thread Mark: 3700 no mínimo (este é o medidor do single thread processing)

7.5.3.3. Category: Server (processadores específicos para servidores)

7.5.4. Analisando esta pesquisa, temos:

7.5.4.1. As 5 primeiras linhas se referem a processadores AMD EPYC da linha 4000. São muito rápidos, mas não são homologados pela VMware e não podem ser usados em hosts de virtualização.

7.5.4.2. Na sexta linha, o Intel Xeon w7-2595X não atende por possuir 26 núcleos. Além disso ele é voltado para Workstations. Está descartado.

7.5.4.3. Na sétima linha o AMD EPYC 9175F se destaca pelo seu alto índice de single thread processing (Thread Mark). Com 16 núcleos físicos é um forte candidato.

7.5.4.4. Na oitava linha, novamente o AMD EPYC 9175F, agora trabalhando em dupla. O CPU Mark aumenta consideravelmente em relação ao processador isolado e o Thread Mark cai consideravelmente, mas ainda continua alto.

7.5.4.5. A queda no índice de Thread Mark ocorre por causa do overhead de comunicação entre os dois processadores. A comunicação entre cores internos de um processador é bem mais rápida do que entre cores de 2 processadores distintos (latência de acesso remoto – NUMA) e isso impacta no benchmark.

7.5.4.6. Na nona linha o AMD EPYC 9275F não atende por ter 24 núcleos. Um servidor com 24 núcleos, não seria suficiente para atender ao número de vCPUs que se quer atender, sendo necessário aumentar o número de servidores físicos no cluster e com 48 núcleos (dois processadores) seria excessivo até para um conjunto de 3 servidores.

7.5.4.7. Na décima linha o AMD EPYC 9375F com 32 núcleos e um bom índice no Thread Mark é outro forte candidato. Nesse caso o servidor físico teria um processador de 32 núcleos somente.

7.5.4.8. Na penúltima linha o AMD EPYC 9355P com 32 núcleos e um bom índice no Thread Mark também é um bom candidato.

7.5.4.9. Na última linha o AMD EPYC 9335 trabalhando em dupla e com 32 núcleos por processador também pode ser um candidato.

7.5.5. Na consulta realizada ao site spec.org, destacam-se as seguintes observações:

7.5.5.1. Dentre os diversos tipos de benchmark deste site, o que melhor se aplica a servidores de bancos de dados é o SPECspeed2017_int (Integer). Este teste tem forte relação com a natureza das cargas de trabalho em bancos de dados:

7.5.5.1.2. Operações inteiras predominam: bancos de dados realizam muitas operações de controle, indexação, busca, ordenação, compressão e manipulação de strings — tudo isso é baseado em inteiros, não ponto flutuante.

7.5.5.1.3. Transações e lógica de negócios: são processadas com instruções inteiras, como comparação de valores, contagem de registros, manipulação de chaves primárias/estrangeiras.

7.5.5.1.4. Compilação e execução de queries SQL: também são tarefas que se beneficiam de desempenho em operações inteiras.

7.5.5.2. O teste foi executado com os parâmetros descritos na Imagem - 02, abaixo:

7.5.5.2.1. O parâmetro baseline > 19 teve como finalidade apenas filtrar os melhores resultados. Apenas 2 processadores apareceram nos resultados. O AMD EPYC 9175F em servidores com 2 processadores e o AMD EPYC 9375F em servidores com 1 único processador. Ambos já apareciam na pesquisa realizada no site da PassMark Software, o que mostra uma consistência nas pesquisas.

7.5.5.2.2. No resultado da busca, os dois processadores pertencem à linha EPYC da AMD e possuem o sufixo F no nome. O sufixo "F" no nome de um processador AMD EPYC indica que ele é uma variante otimizada para cargas de trabalho de alta frequência.

7.5.5.2.3. Esses processadores são projetados para oferecer o melhor desempenho em tarefas que se beneficiam de velocidades de clock mais altas, em vez de um número máximo de núcleos.

7.5.5.2.4. Isso os torna ideais para cargas de trabalho de alto desempenho que não podem ser paralelizadas em muitos núcleos, como:

7.5.5.2.4.1. Bancos de dados (por exemplo, Oracle, SQL Server).

7.5.5.2.4.2. Aplicações de análise.

7.5.5.2.4.3. EDA (Automação de Projeto Eletrônico).

7.5.5.2.4.4. Análises de negócios e financeiras.

SPEC CPU® 2017 Integer Speed Results -- Results

Request

Display

- Hardware Vendor
- System
- # Cores
- # Chips
- Processor
- Result
- Baseline
- Published

Criteria

- # Cores equals 32
- Baseline is greater than 19

Ordering

- Hardware Vendor
- System
- # Chips

Published

- From: First Records
- Through: Most Recent Entries

[Link \(to share or to bookmark\)](#)

Imagem - 02 – Parâmetros utilizados no teste SPECspeed2017_int

Found 20 results (out of 9850 records).

SPEC CPU® 2017 Integer Speed

Hardware Vendor	System	# Cores	# Chips	Processor	Result	Baseline	Published
ASUSTek Computer Inc.	ASUS RS720A-E13-RS8U (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	22.4	22.0	Jun-2025
Cisco Systems	Cisco UCS C245 M8 (AMD EPYC 9175F 4.20 GHz Processor)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.8	21.4	Jun-2025
Cisco Systems	Cisco UCS X215c M8 (AMD EPYC 9175F 4.20 GHz Processor)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.7	21.4	Jun-2025
Dell Inc.	PowerEdge R6715 (AMD EPYC 9375F 32-Core Processor)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.4	20.0	Jun-2025
Dell Inc.	PowerEdge R6725 (AMD EPYC 9175F 16-Core Processor)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.6	21.0	Jul-2025
Dell Inc.	PowerEdge R7725 (AMD EPYC 9175F 16-Core Processor)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.6	21.2	Jul-2025
Fujitsu	PRIMERGY RX1440 M2, AMD EPYC 9375F, 3.80 GHz	32	1	AMD EPYC 9375F	--	20.4	Jun-2025
Hewlett Packard Enterprise	ProLiant DL325 Gen11 (3.80 GHz, AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.4	20.3	Jan-2025
Hewlett Packard Enterprise	ProLiant DL345 Gen11 (3.80 GHz, AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.4	20.3	Jan-2025
Hewlett Packard Enterprise	ProLiant DL385 Gen11 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.5	21.3	Jan-2025
Hewlett Packard Enterprise	ProLiant DL385 Gen11 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.5	21.4	Jan-2025
Kaytus Systems Pte. Ltd.	KR1180V3 (AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.5	20.0	Mar-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SD635 V3 (3.80 GHz, AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.6	20.3	Feb-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SD665 V3 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.7	21.4	Jul-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SR635 V3 (3.80 GHz, AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.5	20.2	Feb-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SR645 V3 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.6	21.3	Mar-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SR655 V3 (3.80 GHz, AMD EPYC 9375F)	32	1	AMD EPYC 9375F	20.6	20.2	Feb-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SR665 V3 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.5	21.2	Apr-2025
Lenovo Global Technology	ThinkSystem SR675 V3 (4.20 GHz, AMD EPYC 9175F)	32	2	AMD EPYC 9175F	21.7	21.4	Mar-2025
New H3C Technologies Co., Ltd.	H3C UniServer R3950 G7 AMD EPYC 9375F	32	1	AMD EPYC 9375F	20.7	20.3	Jul-2025

Imagem - 03 – Resultados do teste SPECspeed2017_int

7.6. Em relação a escolha da arquitetura, Na comparação entre as duas (1 ou 2 processadores por servidor) temos alguns fatores importantes:

7.6.1. Custo de aquisição do hardware.

7.6.1.1. A configuração do servidor, de acordo com a escolha da arquitetura, será basicamente a mesma. O que muda é somente a opção por 2 processadores de 16 núcleos ou um único processador de 32 núcleos.

7.6.1.1.1. Preço de lançamento do AMD EPYC 9175F: US\$ 4256,00.

7.6.1.1.2. Preço de lançamento do AMD EPYC 9375F: US\$ 5306,00.

7.6.1.2. Como o 9175F exige um par para atender ao número de núcleos requeridos, o valor será dobrado: $2 \times \text{US\$ } 4256,00 = \text{US\$ } 8512,00$

7.6.1.3. Além da redução do custo com o processador, o custo da placa-mãe para uma configuração 1P é tipicamente menor do que para uma placa-mãe 2P, devido à sua menor complexidade e menos componentes. Isto sugere que o custo total de aquisição de hardware para o servidor com o 9375F será significativamente menor do que para o servidor com os dois 9175F. Deve-se considerar ainda que esta economia será multiplicada por 4, relativo ao número de hosts que devem compor o cluster.

7.6.2. Custos Operacionais: Energia e Refrigeração

7.6.2.1. A diferença de consumo de energia da CPU (640W vs. 320W) traduz-se em poupanças operacionais substanciais. Para cada servidor:

7.6.2.1.1. Servidor 01 (9175F x 2): O consumo energético anual da CPU é de $640 \text{ W} \times 24 \text{ horas/dia} \times 365 \text{ dias/ano} \approx 5.6 \text{ MWh/ano}$. 7.6.2.1.2. Servidor 02 (9375F x 1): O consumo energético anual da CPU é de $320 \text{ W} \times 24 \text{ horas/dia} \times 365 \text{ dias/ano} \approx 2.8 \text{ MWh/ano}$.

7.6.2.2. A economia de 50% na camada do processador do Servidor 02 em relação ao Servidor 01 é um benefício contínuo que melhora o TCO a cada ano, além de reduzir os requisitos de refrigeração do datacenter.

7.6.2.3. Custo de Energia Anual para o cluster:

7.6.2.3.1. Com o servidor 01 $\approx 5.6 \text{ MWh/ano} \times 4 \text{ hosts} \approx 22.4 \text{ MWh}$.

7.6.2.3.2. Com o servidor 02 $\approx 2.8 \text{ MWh/ano} \times 4 \text{ hosts} \approx 11.2 \text{ MWh}$.

7.6.2.4. Se essa economia for considerada ao longo de 5 anos, pode-se ter uma ideia da significativa redução de energia e calor no datacenter. Fontes:

7.6.2.3.4.1. <https://www.techpowerup.com/cpu-specs/epyc-9175f.c3900>

7.6.2.3.4.2. <https://www.techpowerup.com/cpu-specs/epyc-9375f.c3894>

7.6.3. Custos de licenciamento do Oracle Standard

7.6.3.1. O licenciamento do Oracle Database SE2 é feito por processador. Uma licença habilita um processador e só é possível licenciar servidores que possuam um máximo de 2 processadores.

7.6.3.2. De acordo com levantamento realizado (Nota Técnica Suporte Oracle), o custo das licenças do Oracle Database SE2 com suporte para um período de 5 anos, considerando o cluster de 4 hosts, seria:

7.6.3.2.1. Para o servidor 01: RS\$ 1.573.730,55 para 8 processadores (4 hosts x 2 processadores) 9 de 35

7.6.3.2.2. Para o servidor 02: RS\$ 786.865,27 para 4 processadores (4 hosts x 1 processador)

7.6.3.2.3. No caso do licenciamento do Oracle Standard, pode-se verificar que o custo também fica reduzido pela metade e resulta em uma economia significativa.

7.7. Dessa forma, a equipe técnica avaliou os seguintes requisitos principais:

7.7.1. Processador:

7.7.1.1. Recomendação é pela aquisição de 04 (quatro) servidores equipados com um único processador AMD EPYC 9375F, devido ao alto nível de processamento single thread deste modelo e à economia proporcionada quando comparado ao outro modelo de performance semelhante, conforme exposto neste documento.

7.7.2. Memória:

7.7.2.1. A memória RAM — historicamente, no INPI — sempre foi o primeiro recurso a ficar escasso nos ambientes de virtualização. Considera-se, portanto, um incremento de 10% ao ano, lembrando dos recentes acordos do INPI com outros órgãos para o desenvolvimento de novos sistemas.

7.7.2.2. Ao fim de 5 anos, a memória total em uso no cluster deverá caber em 2 hosts, possibilitando que, mesmo com a falha ou ausência de 2 hosts, os 2 hosts remanescentes serão capazes de sustentar o serviço.

7.7.2.3. Desta forma, recomenda-se, para cada host, uma quantidade de 1TB de memória RAM DDR5 provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code).

	Inicial	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
RAM em uso	1113	1224,3	1346,73	1481,403	1629,5433	1792,49763

Tabela- 04 - Projeção de crescimento da memória RAM no cluster considerando crescimento de 10% a.a.

7.7.3. Armazenamento:

7.7.3.1. O armazenamento será feito por meio do acesso ao Storage All Flash de produção, por meio de HBAs FC.

7.7.3.2. Recomenda-se: 4 portas SFP Fiber Channel 32/64Gbps divididas em, no mínimo, 2 interfaces HBA.

7.7.3.3. Deverá haver armazenamento local apenas para o processo de boot. Em cada servidor deverão vir instalados 2 discos SSD do tipo NVMe, utilizando barramento PCIe Gen 4, com capacidade mínima de 800 GB e configurados em RAID-1.

7.7.4. Conectividade:

7.7.4.1. A rede deve ser compatível com os switches atuais e deve prever a evolução para o novo padrão de 25 GbE.

7.7.4.1.1. 4 portas SFP 10GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;

7.7.4.1.2. 4 portas SFP 25GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;

7.7.4.1.3. Alternativamente, as 8 portas citadas nos itens 1.7.2 e 1.7.3, poderão ser substituídas por 4 portas divididas em 2 interfaces de rede e preenchidas com 4 transceivers dual-rate 10 /25GbE;

7.8. A respectiva especificação encontra-se pormenorizada em no Anexo I Especificação Técnica.

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE.
1	Servidores independentes do tipo rack. Compreendendo garantia, instalação e configuração dos equipamentos	unidade	04

8. Levantamento de soluções

Item	Solução
1	Migração de serviços para infraestrutura em nuvem
2	Aquisição de novos equipamentos, compreendendo instalação, configuração e garantia
3	Aquisição de appliance físico com licenciamento Oracle Enterprise

8.1. **Solução 1:** Migração de serviços para infraestrutura em nuvem.

Uma solução em nuvem consiste em um conjunto de recursos tecnológicos disponibilizados remotamente por meio da internet para armazenamento, processamento e gerenciamento de dados e aplicações. Essa infraestrutura inclui servidores virtuais, redes, sistemas de armazenamento e plataformas de software que são fornecidos sob demanda por provedores especializados. Com a nuvem, as organizações podem escalar recursos conforme a necessidade, reduzir custos com equipamentos físicos e garantir maior flexibilidade, segurança e disponibilidade dos serviços de TI, sem a necessidade de manter uma estrutura local robusta.

O modelo de negócios da infraestrutura de serviços em nuvem é baseado na oferta sob demanda e na cobrança conforme o uso. Em vez de investir em hardware e datacenters próprios, os clientes contratam recursos computacionais — como armazenamento, processamento e rede — de provedores de nuvem, pagando apenas pelo que utilizam. Existem diferentes modelos de serviço, como IaaS (Infraestrutura como Serviço), PaaS (Plataforma como Serviço) e SaaS (Software como Serviço), cada um com níveis distintos de responsabilidade e gerenciamento. Além disso, os contratos podem ser flexíveis, com opções de escalabilidade automática e planos personalizados, permitindo que empresas ajustem seus custos e capacidades de acordo com a demanda real de seus negócios.

A migração de um serviço local para a nuvem envolve uma série de desafios técnicos, operacionais e estratégicos. Um dos principais é o mapeamento e a compatibilidade das aplicações legadas, que muitas vezes não foram projetadas para ambientes em nuvem e exigem adaptações ou reescrita. Também é comum haver dificuldades na transferência segura e eficiente de grandes volumes de dados, o que pode demandar tempo e planejamento cuidadoso para evitar interrupções. Além disso, é necessário revisar políticas de segurança e conformidade, garantindo que os dados atendam a normas regulatórias mesmo em um ambiente externo. Outro desafio relevante é a capacitação da equipe, que precisa se adaptar a novas ferramentas, práticas de gerenciamento e modelos operacionais. Por fim, a definição de uma arquitetura adequada, a escolha do provedor ideal e o controle de custos durante e após a migração também exigem atenção estratégica para que o processo traga os benefícios esperados.

Há diversos outros pontos que merecem atenção. Como por exemplo: os custos variáveis, que podem se tornar imprevisíveis sem um bom controle de uso; preocupações com segurança e privacidade, já que os dados ficam sob responsabilidade de terceiros; riscos de dependência do fornecedor, dificultando a migração para outra plataforma; e possíveis variações de desempenho, influenciadas por fatores externos ao controle do cliente.

8.2. **Solução 2:** Aquisição de novos equipamentos, compreendendo instalação, configuração e garantia.

A aquisição de um servidor físico pode ser uma alternativa viável em cenários que exigem maior controle sobre a infraestrutura, como em ambientes com requisitos específicos de segurança, desempenho dedicado ou conformidade regulatória, como é o caso do INPI.

A solução oferece à organização total controle sobre o hardware, os dados e a configuração do ambiente, permitindo a customização completa das especificações técnicas — como processadores, memória RAM, armazenamento e rede — de acordo com as exigências dos projetos. Essa flexibilidade é especialmente importante para aplicações críticas e sensíveis que demandam alto desempenho, segurança e integração com sistemas legados.

Além disso, a previsibilidade técnica e orçamentária é favorecida, já que a infraestrutura é previamente dimensionada e não está sujeita a cobranças variáveis como ocorre em ambientes de nuvem. Isso pode representar uma economia significativa no longo prazo, especialmente em operações com carga constante e requisitos bem definidos.

No entanto, essa abordagem demanda um investimento inicial elevado, além de custos contínuos com manutenção, energia, refrigeração e pessoal técnico especializado. Também limita a escalabilidade e a flexibilidade, tornando mais complexas eventuais expansões ou atualizações. Assim, a decisão pela aquisição de um servidor deve considerar cuidadosamente o perfil da carga de trabalho, os recursos disponíveis e os objetivos estratégicos da organização.

8.3. **Solução 3:** Aquisição de appliance físico com licenciamento Oracle Enterprise.

É uma solução estratégica a ser considerada quando houver a necessidade de adquirir não apenas servidores físicos, mas também as licenças de software associadas. Essa abordagem pode oferecer maior integração entre hardware e software, além de garantir conformidade com as exigências da Oracle, sendo especialmente vantajosa em ambientes que demandam alto desempenho, escalabilidade e suporte técnico especializado;

Em contato com a Oracle, a equipe técnica do fabricante avaliou o desempenho do ambiente atual do INPI. A fabricante sugeriu duas soluções integradas de hardware e software, projetadas para otimizar o desempenho e a escalabilidade desses bancos de dados:

Appliance físico ODA (Oracle Database Appliance) com aquisição de 24 licenças. É uma solução integrada de hardware e software, projetada para otimizar o desempenho e a escalabilidade de bancos de dados Oracle. O ODA é a solução intermediária, mas ainda assim otimizada para executar o SGBD Oracle. Esta solução seria satisfatória tecnicamente, tendo como o principal problema o alto custo das 24 licenças e opcionais do Oracle Enterprise. O hardware não é tão caro, quando comparado com o custo das respectivas licenças;

Appliance físico EXADATA com aquisição de 14 licenças. O Oracle Exadata é uma plataforma de banco de dados empresarial, desenvolvida pela Oracle, projetada para oferecer desempenho excepcional, alta disponibilidade e segurança para cargas de trabalho de bancos de dados Oracle. Este cenário atende tecnicamente o INPI, no entanto, trata-se de solução que atinge um custo elevado e que não se justifica diante das atuais necessidades do INPI.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Foi realizada uma análise comparativa entre três soluções: **(1)** migração de serviços para infraestrutura em nuvem, **(2)** aquisição de novos equipamentos, incluindo instalação, configuração e garantia, e **(3)** aquisição de appliance físico com licenciamento Oracle Enterprise. A partir dessa avaliação, cada cenário foi estudado quanto a viabilidade técnica, custo-benefício e impactos operacionais, de modo a subsidiar a escolha mais adequada às necessidades institucionais.

9.2. No caso específico da **(1)** migração de serviços para infraestrutura em nuvem, destacam-se a flexibilidade, a escalabilidade sob demanda e a redução de investimentos em hardware, além da possibilidade de escolher entre diferentes modelos de serviço (IaaS, PaaS e SaaS), que permitem ajustar custos e responsabilidades de acordo com a necessidade.

9.3. Porém, o processo envolve desafios relevantes. É necessário avaliar a compatibilidade das aplicações legadas, muitas vezes não projetadas para esse tipo de ambiente, além de planejar a transferência de grandes volumes de dados sem comprometer a disponibilidade dos serviços. Também se exige revisão das políticas de segurança e conformidade, bem como a capacitação da equipe para operar com novas ferramentas e modelos de gestão. A definição da arquitetura, a escolha do provedor e o controle de custos durante e após a migração completam o conjunto de fatores estratégicos a serem considerados.

9.4. Adicionalmente, destacam-se pontos críticos como a variabilidade dos custos, que pode gerar imprevisibilidade sem mecanismos adequados de governança; a preocupação com segurança e privacidade, visto que os dados ficam sob gestão de terceiros; o risco de dependência do fornecedor, dificultando futuras mudanças de plataforma; e eventuais oscilações de desempenho, sujeitas a fatores externos ao controle do cliente.

9.5. A solução **(2)** aquisição de novos equipamentos garante controle total sobre hardware, dados e configuração, com possibilidade de customização para atender aplicações críticas que exigem desempenho, segurança e integração com sistemas legados. Também oferece maior previsibilidade técnica e orçamentária, já que os custos não variam conforme o uso, podendo ser vantajosa em cargas constantes.

9.6. Por outro lado, envolve alto investimento inicial, gastos contínuos com manutenção e menor flexibilidade para expansões, exigindo análise cuidadosa do perfil de uso e dos objetivos estratégicos.

9.7. A solução **(3)** Aquisição de appliance físico com licenciamento Oracle Enterprise combina hardware e software de forma integrada, garantindo conformidade com as exigências da Oracle e oferecendo alto desempenho,

escalabilidade e suporte especializado. Contudo, como o órgão já possui licenciamento Oracle vigente, o custo elevado dessa opção perde justificativa, uma vez que grande parte do valor do appliance está vinculada às licenças. Além disso, embora possam atender aos requisitos técnicos, esses appliances costumam adotar arquiteturas mais rígidas, com menor flexibilidade para adaptações específicas que determinados projetos demandam. Assim, trata-se de uma alternativa robusta, mas menos atrativa em termos econômicos e de flexibilidade.

9.8. Sendo assim, do ponto de vista técnico, a decisão de adquirir um servidor próprio para hospedar um SGBD Oracle, em vez de migrar para a nuvem ou optar por um appliance físico, se torna vantajosa principalmente devido a maior flexibilidade e no controle total sobre a configuração do ambiente. Um servidor local possibilita a customização precisa da infraestrutura para atender às exigências específicas de desempenho, armazenamento e segurança de uma base de dados Oracle, limitações frequentemente encontradas em appliances e soluções em nuvem.

9.9. Quanto aos appliances, embora possam cumprir os requisitos técnicos, costumam apresentar arquiteturas mais rígidas, com pouca margem para adaptações específicas que certos projetos demandam. Já a nuvem, apesar das vantagens em escalabilidade, pode implicar desafios como latência, dependência da conectividade e restrições relativas a licenciamento e suporte técnico especializado.

9.10. Por sua vez, o servidor próprio assegura maior previsibilidade no desempenho e concede à equipe técnica autonomia para operar, ajustar e evoluir o ambiente conforme as necessidades do negócio, especialmente diante de demandas crescentes e específicas.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Foram consideradas inviáveis as soluções:

10.1.1. **Solução 1:** Migração de serviços para infraestrutura em nuvem.

Para migrar o ambiente Oracle de uma instalação local para a nuvem, um dos requisitos é que a versão mais atual do produto já esteja sendo utilizada. Esse seria um primeiro empecilho, pois o INPI deveria migrar todos os bancos de dados e adequar os respectivos sistemas para funcionar com a versão mais atual.

A Oracle aconselhou que o INPI atualize o produto localmente em sua própria infraestrutura, antes de pensar na migração dos bancos de dados para a nuvem. Porém tal recomendação se torna inviável quando considerado que o servidor do ambiente está próximo a obsolescência e além de não possuir homologação para a versão mais nova de seu hypervisor, o suporte/ garantia do equipamento venceu em fevereiro de 2025. Caso um dia se opte pela utilização do serviço de Database Oracle na nuvem, é possível levar as próprias licenças (desde que estejam com o suporte ativo) e deduzir esse gasto do serviço.

O serviço em nuvem é mais caro, pois inclui diversos outros componentes além das licenças, como armazenamento, links, custos de administração e transferência de dados.

10.1.2. **Solução 3:** Aquisição de appliance físico com licenciamento Oracle Enterprise.

A solução pode atender tecnicamente ao INPI, seja na plataforma ODA ou a Exadata. A principal inviabilidade da solução reside em seu custo elevado que não se justifica diante das necessidades da autarquia, que, segundo a fabricante, consegue executar seus sistemas utilizando o licenciamento standard da Oracle.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Diante da flexibilidade na configuração da solução, foram realizadas pesquisas sobre contratações anteriores pela administração pública com o objetivo de subsidiar uma análise comparativa de custos que permitisse estimar, de forma mais precisa, o valor da contratação.

11.2. Ressalta-se, que a ampla variação nas especificações disponíveis dificulta a identificação de exemplos plenamente equivalentes às necessidades da autarquia, sobretudo em relação ao nível de desempenho computacional exigido.

11.3. Sendo assim, as consultas realizadas consideraram as principais características técnicas dos servidores adquiridos pela administração pública, desde que atendessem, no mínimo, aos requisitos técnicos definidos pela autarquia — como quantidades físicas de processadores, núcleos por processador, capacidade de memória e desempenho. Além disso, o custo estimado dos equipamentos deverá considerar o custo de instalação e configuração dos equipamentos

11.4. Apesar da aparente padronização dos requisitos mínimos, fatores como tipo e capacidade de armazenamento, tempo de garantia e inclusão de sistema operacional podem impactar significativamente o preço final dos servidores.

Descrição	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador: Superior A 32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com 2 Discos Ssd NVMe, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), Garantia On Site: Superior 60 MESES. Incluindo serviços de instalação e configuração.
-----------	---

11.5. Listado a seguir os pregões encontrados pela consulta realizada:

Item da Licitação	UASG	Pregão Eletrônico	Descrição	valor unitário (R\$)
1	36000	Nº 91030 /2025-001 SRP	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 2, Núcleos Por Processador: Superior A 20, Memória Ram: Superior A 1TB., Interface Rede Lan: Superior A 4, Interface Rede San: 2, Armazenamento Sata: Sem Discos Sata, Armazenamento Sas: Com Discos Sas, Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional, Garantia On Site: Superior 48MESES	762.018,86
4	26238	Nº 00007 /2023-000 SRP	Servidor Núcleos Por Processador: 15 A 20 , Garantia On Site: Superior 48 MESES, Interface Rede Lan: 2 , Interface Rede San: Sem San , Armazenamento Sata: Com Discos Sata , Armazenamento Sas: Com Discos Sas , Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd , Processadores Físicos: 1 , Tipo: Rack , Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug) , Sistema Operacional: Proprietário , Memória Ram: 512 G	209.919,75
1	925442	N.º 108/2024	[...] Deve ser fornecido com 02 (dois) processadores Intel Xeon x86 Gold, com no mínimo 32 núcleos de processamento ativos, permitindo a implementação de 64 Threads, frequência mínima de 2.1 GHz em modo normal, 3.4 Ghz modo turbo e 60 MB de cache. Deve ser fornecido com no mínimo 384 GB de memória RAM utilizando módulos tipo DDR5 RDIMM. [...] 02 (Dois) discos nvme (internos via slot M2 ou externos) de no mínimo 480Gb de capacidade para o sistema operacional, deverá suportar modo RAID1 14. Deve ser fornecido com armazenamento totalmente flash sendo no mínimo 6 (Seis) discos de 3,2 NVMe U.2 DataCenter de Leitura Intensa com portadora (ou de superior capacidade) 15. Deve possuir no mínimo 4 (quatro) portas de rede, compatíveis com velocidades de 25 Gbps e compatíveis com cabos de conexão direta (DAC).	394.624,00
			Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 2, Núcleos Por	

1	986969	Nº 90108 /2025-000	Processador: Superior A 20, Memória Ram: 2TB., Interface Rede Lan: Superior A 4, Interface Rede San: 2, Armazenamento Sata: Sem Discos Sata, Armazenamento Sas: Sem Discos Sas, Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional, Garantia On Site: Superior 48MESES	617.499,42
12	742050	Nº 90037 /2025-000 SRP	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 4, Núcleos Por Processador: 15 A 20, Memória Ram: Superior A 1TB., Interface Rede Lan: 2, Interface Rede San: 2, Armazenamento Sata: Sem Discos Sata, Armazenamento Sas: Com Discos Sas, Armazenamento Ssd: Sem Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior 48MESES	143.002,00
			Média de custo Total por servidor:	R\$ 425.412,81.
			Custo total	R\$ 1.276.238,43.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Após a realização da análise comparativa de soluções, a mais viável foi a que considera a Aquisição de novos equipamentos, compreendendo instalação, configuração e garantia. A tabela a seguir descreve a solução escolhida:

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE.
1	Servidores independentes do tipo rack. Incluindo garantia de 60 meses on-site.	Unidade	04
2	Serviço de instalação e configuração.	Unidade	01

12.2. A descrição pormenorizada da especificação técnica assim como dos requisitos dos serviços de instalação, configuração e garantia estão descritos em tópico específico no **Anexo I Especificação Técnica** e no Termo de Referência.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 1,00

O valor estimado da aquisição foi de R\$,00 () e sua estimativa se encontra detalhada no item *Análise comparativa de custos (TCO)*.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A opção pela aquisição de novos servidores para o ambiente Oracle mostrou-se tecnicamente mais adequada que a migração para a nuvem, considerando os desafios que essa transição importaria, como a necessidade de adaptações em sistemas legados, reconfigurações de segurança e riscos de indisponibilidade. A infraestrutura local garante maior previsibilidade de desempenho e custos, além de oferecer controle direto sobre recursos críticos, melhor adequação às políticas de governança e possibilidade de integração futura com ambientes híbridos. Além disto, como exposto no item 4 - *Necessidades de Negócio*, é esperado que a demanda por novos servidores de bancos de dados sofra um aumento nos próximos anos.

14.2. A solução proposta consiste na implementação de um cluster com quatro servidores físicos, garantindo maior resiliência e alta disponibilidade para o ambiente de banco de dados Oracle. Essa configuração permite tolerar falhas de até dois hosts simultaneamente, conforme a política de admissão do vSphere, reduzindo significativamente o risco de indisponibilidade que poderia causar impactos operacionais e financeiros.

14.3. Além da tolerância a falhas, o cluster de quatro servidores possibilita a realização de manutenções e atualizações sem comprometer o ambiente. Mesmo com um host em modo de manutenção, o sistema mantém três hosts ativos, preservando a capacidade de redundância e evitando janelas de indisponibilidade. Essa abordagem proporciona maior estabilidade, segurança operacional e eficiência na gestão da infraestrutura.

14.4. O equipamento objeto desta proposta de substituição é um servidor com aproximadamente 10 anos de uso contínuo em ambiente de produção. Considerando o ciclo de vida típico de servidores de missão crítica, o tempo de operação já ultrapassa significativamente o período recomendado pelas boas práticas da indústria e pelos fabricantes.

14.4.1. O servidor apresenta as seguintes limitações técnicas e riscos operacionais:

14.4.1.1. Obsolescência e Incompatibilidade Tecnológica: O servidor encontra-se defasado e sem homologação para a versão mais recente do hypervisor utilizado, o que impede atualizações essenciais e o uso de recursos modernos de virtualização, gerenciamento e segurança.

14.4.1.2. Ausência de Suporte e Garantia: O equipamento não está mais coberto pela garantia do fabricante.

14.4.1.3. Risco à Segurança da Informação: A falta de atualizações compromete a segurança do ambiente, aumentando a vulnerabilidade a falhas e ataques.

14.4.1.4. Impacto em Novos Projetos: A permanência desse servidor limita a implantação de novas soluções e projetos estratégicos que demandam maior capacidade de processamento, virtualização e integração com tecnologias emergentes.

14.4.2. Diante do exposto, a substituição do se mostra tecnicamente necessária, a fim de garantir a continuidade operacional, segurança da informação, aderência às melhores práticas e viabilidade de evolução tecnológica da infraestrutura de TI da instituição.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A opção por adquirir um servidor próprio, em vez de migrar para a nuvem ou investir em um appliance físico (hardware + software), é economicamente justificada pela maior previsibilidade de custos e pelo controle orçamentário no médio e longo prazo.

15.2. Diferentemente da nuvem, cujo modelo de cobrança variável pode resultar em despesas flutuantes e difíceis de estimar — especialmente em cargas constantes ou ambientes de uso contínuo — o servidor local envolve um investimento inicial fixo, com custos operacionais mais estáveis e sob gestão direta da organização.

15.3. Além disso, soluções baseadas em appliance físico costumam apresentar custos significativamente mais altos, tanto na aquisição quanto na manutenção, incluindo licenciamento, suporte técnico e atualizações amarradas a fornecedores específicos.

15.4. Quando há expertise interna para operar e manter a infraestrutura, como é o caso do INPI, a alternativa do servidor tradicional torna-se substancialmente mais vantajosa do ponto de vista econômico, oferecendo autonomia operacional e melhor aproveitamento dos recursos institucionais, sem depender de contratos de suporte restritivos ou modelos de cobrança escalonada.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. A aquisição de um novo servidor traz benefícios significativos, especialmente no contexto de modernização da infraestrutura atual, que se encontra defasada e próxima do fim de sua vida útil. Os equipamentos existentes já não contam com suporte ou garantia do fabricante, e as versões mais recentes do hypervisor utilizado não são mais homologadas para o hardware em uso, o que limita atualizações críticas e expõe o ambiente a riscos operacionais.

16.2. A substituição por uma infraestrutura moderna não apenas resolve essas limitações, como também proporciona ganhos substanciais em segurança, ao permitir a adoção de camadas mais atuais de proteção, firmware atualizado e integração com práticas modernas de gerenciamento e monitoramento.

16.3. Além disso, o novo servidor garante um salto significativo em desempenho, com processadores mais potentes, maior capacidade de memória e armazenamento mais rápido, o que impacta diretamente na performance do SGBD Oracle, reduzindo tempos de resposta, aumentando a eficiência das operações e contribuindo para a estabilidade e escalabilidade do ambiente como um todo.

17. Providências a serem Adotadas

17.1 Será necessário adequar o espaço físico utilizado no Datacenter, as configurações lógicas e providenciar a migração dos dados para o novo servidor.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A substituição dos atuais servidores do ambiente Oracle torna-se necessária diante da proximidade do término do suporte contratado, sem possibilidade de renovação. A adoção de novos equipamentos representa uma solução mais estável e duradoura, permitindo maior aproveitamento do investimento e reduzindo a necessidade de novas aquisições em curto prazo.

Além de oferecer melhor relação custo-benefício em comparação ao uso exclusivo de infraestrutura em nuvem, essa medida foi planejada de acordo com as demandas operacionais vigentes e com as projeções de crescimento para os próximos anos, garantindo desempenho adequado, continuidade dos serviços e suporte às iniciativas estratégicas do Instituto.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO HENRIQUE TOSCANO BEZERRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 12:25:13.

GILBERTO DO VALE DE LIMA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 12:49:13.

WALACE DE AGUIAR FERREIRA

Autoridade Máxima de TIC Substituto



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 13:23:29.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – SERVIDORES BD

1 - Especificação Técnica

1.1 - Características gerais

- 1.1.1 - A solução deverá ser composta de 04 (quatro) servidores do tipo rack;
- 1.1.2 - Os equipamentos deverão ser novos, sem peças reutilizadas ou remanufaturadas;
- 1.1.3 - Não poderá haver data anunciada de EOSL ("End Of Service Life") ou Término de Serviço ou Data de Término de Comercialização (End of Sales) na data do pregão;
- 1.1.4 - Os equipamentos deverão ter a compatibilidade com o vSphere comprovada através da matriz VMware disponibilizada através do site <https://compatibilityguide.broadcom.com/search?program=server&persona=live&column=partnerName&order=asc>;
- 1.1.5 - As funcionalidades, tecnologias e recursos especificados neste termo devem ser entregues e licenciados de maneira simultânea e nas capacidades totais especificadas (incluindo aquelas que vierem a ser adicionadas por não cumprimento dos requisitos) de maneira perpétua, irrestrita, sem necessidade de licenciamentos e ônus adicionais;
- 1.1.6 - O atendimento de todos os requisitos solicitados nesta especificação técnica deverá ser comprovado através de documentação técnica disponível para consulta no website do fabricante, bem como, envio de documentação pelo licitante;
- 1.1.7 - Deve ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e de combustão dos materiais elétricos;
- 1.1.8 - Deve possuir certificado de conformidade às normas CISPR22 - Classe A ou similar e FCC - Classe A ou similar, para assegurar níveis de emissão eletromagnética;
- 1.1.9 - Deve possuir Interface de gerenciamento gráfica e/ou Web, com controle de acesso seguro via HTTPS e SSH;
- 1.1.10 - O gabinete deverá ter, no mínimo, 2 RU;
- 1.1.11 - Deve possuir sistema de ventilação redundante e "hot plug" para CPU que suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;
- 1.1.12 - Deve ser fornecido um kit de fixação para rack 19" do tipo retrátil, do mesmo fabricante do servidor.

1.2 - Placa Mãe

- 1.2.1 - A placa-mãe deverá ser desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo essa de livre comercialização;
- 1.2.2 - O design e as especificações da placa-mãe deverão ser desenvolvidos pelo próprio fabricante para o modelo ofertado;
- 1.2.3 - O chipset deverá ser construído pelo mesmo fabricante do processador;
- 1.2.4 - A BIOS/UEFI deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento;

- 1.2.5 - Não serão aceitas soluções de BIOS/UEFI em regime OEM ou customizadas;
- 1.2.6 - A inicialização (boot) e atualizações de BIOS/UEFI devem possuir verificação e autenticação criptográfica (assinatura) quanto à integridade da BIOS/UEFI, implementada no hardware;
- 1.2.7 - Deve possuir módulo TPM 2.0 (Trusted Platform Module).

1.3 - Processador

- 1.3.1 - Cada servidor deverá possuir 1 processador com 32 cores;
- 1.3.2 - Deverá ser de classe servidor;
- 1.3.3 - O processador deverá estar classificado no site SPEC.ORG, no benchmark SPEC CPU® 2017 Integer Speed (<https://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=cint2017>). Para isso, deve-se escolher a busca avançada e configurar os seguintes requisitos:
 - 1.3.3.1 - #Cores – Display – Equals – 32
 - 1.3.3.2 - #Chips – Display – Equals – 1
 - 1.3.3.3 - Baseline – Display – greater than – 20
 - 1.3.3.4 - Energy Peak Result – SKIP
 - 1.3.3.5 - Energy Base Result – SKIP
- 1.3.4 - No fim da página, clicar no botão “Fetch Results”
- 1.3.5 - Deve ter sido lançado no último trimestre de 2024 (Q4 2024) ou mais recente;
- 1.3.6 - Deve ter compatibilidade comprovada através da matriz VMware verificada no site <https://compatibilityguide.broadcom.com/search?program=cpu&persona=live&column=cpuSeries&order=asc>.

1.4 - Memória

- 1.4.1 - Cada servidor deve possuir, 1024 GB de memória RAM do tipo DDR5, provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code);
- 1.4.2 - A memória deverá ser do tipo DDR5-6000 / PC5-48000 ou superior.

1.5 - Disco

- 1.5.1 - Em cada servidor deverão vir instalados 2 discos SSD;
- 1.5.2 - Os discos deverão ser do tipo NVMe, utilizando barramento PCIe Gen 4, com capacidade mínima de 800 GB e configurados em RAID-1.

1.6 - Controladora

- 1.6.1 - Deverá ser compatível com, no mínimo, RAID 0 e 1.

1.7 - Conectividade

- 1.7.1 - 4 portas SFP Fiber Channel 32/64Gbps divididas em, no mínimo, 2 interfaces HBA;
- 1.7.2 - 4 portas SFP 10GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;
- 1.7.3 - 4 portas SFP 25GbE divididas em, no mínimo, 2 interfaces de rede;
- 1.7.4 - Alternativamente, as 8 portas citadas nos itens 1.7.2 e 1.7.3, poderão ser substituídas por 4 portas divididas em 2 interfaces de rede e preenchidas com 4 transceivers dual-rate 10/25GbE;

1.7.5 - 1 porta RJ45 1Gbps para Gerência Remota;

1.7.6 - Todas as portas deverão ter os conectores SFP instalados.

1.8 - Fonte

1.8.1 - Cada servidor deverá possuir, ao menos, 2 fontes redundantes, 80 Plus Titanium;

1.8.1.1 - A redundância deverá trabalhar no esquema N+N, onde, mesmo em caso de falha de metade das fontes presentes, as remanescentes devem ter capacidade para suportar o sistema em sua configuração máxima.

1.8.2 - Tensão de operação deverá ser de 127V/220V ou 220V e a frequência de operação de 60Hz;

1.8.3 - As fontes deverão possuir a capacidade "hot-swapping";

1.8.4 - Devem ser fornecidos cabos de força suficientes para conexão elétrica no padrão de tomadas e plugs compatíveis com PDU no padrão NBR 14136 20A.

1.9 - Gerência

1.9.1 - Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);

1.9.2 - O equipamento deve permitir gerenciamento remoto por IP, mesmo quando estiver desligado, desde que energizado;

1.9.3 - Deve possuir recurso de gerenciamento compatível com o padrão IPMI 2.0, permitindo o gerenciamento remoto por meio de uma controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada (exclusiva para gerenciamento), que não seja uma das interfaces de rede principais, ou através de uma solução de gerenciamento integral;

1.9.4 - A controladora de gerenciamento deve ser fabricada pelo mesmo fabricante do equipamento, garantindo total compatibilidade e integração com o software de gerenciamento especificado;

1.9.5 - Deve ser compatível com os protocolos de criptografia SSL para acesso ao console web e SSH para acesso ao console CLI, assegurando maior segurança;

1.9.6 - O equipamento deve permitir controle remoto completo (teclado, mouse e monitor), mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível ou inoperante;

1.9.7 - Deve disponibilizar informações sobre o status do equipamento, identificando componentes com falha e enviando notificações por e-mail e trap SNMP;

1.9.8 - Deve incluir suporte à tecnologia de mídia virtual, permitindo que unidades de CD/DVD e portas USB localizadas na estação de gerenciamento sejam emuladas no servidor, incluindo suporte para inicialização (boot) a partir dessas mídias;

1.9.9 - Deve oferecer monitoramento do consumo de energia do equipamento, possibilitando análises detalhadas de eficiência energética;

1.9.10 - Deve permitir o desligamento e reinicialização remota do servidor por meio do console de gerenciamento, mesmo quando o sistema operacional estiver indisponível;

1.9.11 - O software de gerenciamento deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, garantindo integração completa e suporte;

- 1.9.12 - A solução de gerenciamento deve ser implementada “on premises” sem depender de nenhuma função de nuvem;
- 1.9.13 - Deve possuir integração com o AD (Active Directory da Microsoft);
- 1.9.14 - Deve oferecer suporte a MFA (múltiplo fator de autenticação), ou pelo menos 2FA (segundo fator de autenticação).

2 - Serviço de instalação e configuração

2.1 - Características Gerais

- 2.1.1 - A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Projeto detalhado com as ações necessárias, os responsáveis envolvidos, o cronograma, o plano de implantação e a análise de riscos associada às atividades de fornecimento, instalação e configuração da solução, observando as boas práticas de mercado;
- 2.1.2 - O Plano de Projeto deverá ser elaborado pela CONTRATADA após a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens, em tempo hábil para ser validado e aprovado pela equipe de fiscalização do contrato, considerando os prazos previstos no TR;
- 2.1.3 - São atividades previstas para elaboração do Plano de Projeto:
 - 2.1.3.1 - Abertura do projeto: realização de reunião inicial, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, com os responsáveis da CONTRATADA e da CONTRATANTE que atuarão diretamente na gestão do Projeto;
 - 2.1.3.2 - Na reunião inicial a CONTRATADA deverá apresentar o Preposto e o Gerente de Projetos (podendo este ser o Preposto), que será o ponto focal para tratativas de assuntos relativos à execução dos serviços, sendo este o responsável por coordenar e orientar todos os técnicos para execução dos serviços, de forma que os prazos e qualidade estabelecidos sejam respeitados. Caberá ainda ao Gerente de Projetos apresentar na reunião uma lista de contatos de comunicação para esclarecimento de dúvidas ou apoio de itens relacionados ao projeto;
 - 2.1.3.3 - Apresentação do escopo do serviço: consiste na elaboração e apresentação do Escopo do Projeto;
 - 2.1.3.4 - Definição do Cronograma inicial do Projeto: consiste na etapa em que a CONTRATADA deverá propor o Cronograma Macro do Projeto, considerando o cronograma de execução previsto no TR, que conste atividades, subatividades e marcos, em cada uma das fases, contemplando ainda todas as ações previstas para o fornecimento da solução, datas de entrega da documentação, datas das reuniões de ponto de controle, dentre qualquer outro evento que se julgar relevante e necessário.
- 2.1.4 - Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por elaborar e entregar os relatórios de progresso, bem como apresentar todas as situações pertinentes à situação do projeto (Relatório de Acompanhamento), constando neste a relação de atividades executadas no período, pendências e solicitações de mudança no cronograma do projeto, dentre outros assuntos relativos e pertinentes;
- 2.1.5 - Os relatórios de progresso e relatórios de acompanhamento deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE em data e periodicidade a ser definida em comum acordo entre as partes.

2.2 - Requisitos de Implantação

2.2.1 - Da Instalação e Configuração de Servidores:

2.2.1.1 - Planejamento e Aprovação:

2.2.1.1.1 - A instalação começará após aprovação do Plano de Implantação.

2.2.1.2 - Gerenciamento de Impacto:

2.2.1.2.1 - A instalação deve minimizar interrupções nos serviços de produção, com plano de contingência documentado e aprovado.

2.2.1.3 - Responsabilidades:

2.2.1.3.1 - A Contratada é responsável pela movimentação, instalação e configuração de hardware e software, sob supervisão da Contratante.

2.2.1.4 - Qualificação da Equipe:

2.2.1.4.1 - A Contratada fornecerá, com 2 dias úteis de antecedência, a lista de técnicos com qualificações, certificações e experiência, para credenciamento.

2.2.1.5 - Infraestrutura:

2.2.1.5.1 - A Contratada realizará a adequação da infraestrutura elétrica e de rede, incluindo cabeamento, PDUs e interconexão dos equipamentos;

2.2.1.5.2 - A Contratada deverá fornecer todos os cabos, conectores e demais materiais necessários para a instalação.

2.2.1.6 - Configuração e Testes:

2.2.1.6.1 - A Contratada realizará a configuração inicial dos servidores, incluindo atualização de firmware, configuração da parte de rede, armazenamento, monitoramento e autenticação;

2.2.1.6.2 - Realização de todos os testes necessários para garantir o funcionamento correto dos servidores após a instalação.

2.2.1.7 - Padrões e Organização:

2.2.1.7.1 - O cabeamento seguirá normas técnicas, com organização e identificação padronizadas;

2.2.1.7.2 - Os equipamentos de Rack deverão ser instalados nos racks disponíveis nas dependências no datacenter da CONTRATANTE, com cabeamento devidamente organizado.

2.2.1.8 - Relatório de Instalação:

2.2.1.8.1 - A Contratada fornecerá um relatório detalhado da instalação, incluindo pré-requisitos, confirmação de funcionamento, identificação dos equipamentos e contatos dos técnicos.

2.2.1.9 - Documentação "As Built":

2.2.1.9.1 - Em até 15 dias úteis após a instalação, a Contratada entregará documentação "as built" completa, com topologia, configurações, endereços IP, fotos e demais informações relevantes.

2.2.1.10 - Validação e Limpeza:

2.2.1.10.1 - O ambiente instalado será testado e validado em conjunto com a CONTRATANTE.

2.2.1.10.2 - A Contratada manterá o local de instalação limpo e organizado.

2.2.1.11 - Ferramentas e Materiais:

2.2.1.11.1 - O fornecimento de todas as ferramentas e materiais para a instalação é de responsabilidade da contratada, sem custos adicionais para a contratante.

2.2.1.12 - Movimentação de equipamento:

2.2.1.12.1 - A Contratada deverá movimentar os equipamentos sempre que solicitado pela Contratante.

3 - Suporte e garantia

3.1 - A CONTRATADA deverá fornecer garantia do fabricante com suporte técnico "on-site" 24x7 de, no mínimo 60 meses, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para TODOS os itens que compõem a solução;

3.2 - Caso exista anúncio de "fim de produção" (EOSL – End Of Service Life) ou de fim de comercialização (EOS – End Of Sales), as datas de ambos devem ser posteriores à data do fim da vigência do prazo de garantia e suporte contratado;

3.3 - Entende-se por serviços de suporte técnico, as ações corretivas que visam retomar a normalidade do ambiente em caso de indisponibilidade parcial e/ou total, bem como dirimir dúvidas e fornecer informações técnicas;

3.4 - A CONTRATADA deverá descrever os termos da garantia técnica oferecida pelo fabricante da solução, incluindo o Part Number da garantia ofertada e fornecendo também, em momento oportuno, o número de contrato individual (em nome da CONTRATANTE) junto ao fabricante;

3.5 - A CONTRATANTE deverá ter acesso direto ao centro de assistência técnica do fabricante para abertura de chamados, bem como para acompanhar e gerenciar os casos quando necessário. Esse acesso deverá ser provido 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através de portal com login/senha individual;

3.6 - A CONTRATANTE deverá ter a opção de abrir os chamados junto ao fabricante com o intermédio da CONTRATADA;

3.7 - A garantia enquanto vigente deverá cobrir, sem ônus adicionais, substituição de qualquer uma das peças e dispositivos defeituosos que compõem a solução e suas interligações, além disso deve prover correções e novas versões disponíveis para todos os softwares, firmwares, patches de segurança e afins dos componentes das soluções;

3.8 - A CONTRATANTE deverá ter acesso direto à base de dados de conhecimento do fabricante que contenham especificações técnicas, informações, assistência e orientação para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções (patches), diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos;

3.9 - O equipamento ou componente substituto passará à propriedade da CONTRATANTE, devendo o mesmo ser incluído no contrato de garantia vigente em substituição ao equipamento danificado;

3.10 - Os reparos físicos decorrentes do exercício da garantia devem ser executados onde se encontram os equipamentos (modalidade on-site);

- 3.11 - Deverá ser assegurado que a substituição de equipamento, peça ou componente defeituoso, em qualquer caso, seja feita por item equivalente, ou que possua características superiores a estas, desde que homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução;
- 3.12 - As peças de substituição devem ser originais e novas, não sendo aceitas peças recondicionadas;
- 3.13 - Em caso de necessidade de reposição de componentes ou equipamentos durante a vigência da Garantia, fica a CONTRATADA responsável por toda logística, instalação e configuração dos novos equipamentos, assim como pela retirada dos antigos, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;
- 3.14 - A CONTRATADA ficará responsável pelo devido recolhimento no momento da substituição, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitando a legislação ambiental vigente;
- 3.15 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de conectar equipamentos de outros fabricantes aos equipamentos fornecidos, sem que isso implique na perda da garantia do fabricante. Desde que tal fato não implique danos materiais aos equipamentos, isso não deve constituir motivo para a CONTRATADA se desobrigar dos serviços de suporte técnico em garantia;
- 3.16 - Durante o período da garantia, a CONTRATADA deverá prestar os serviços de SUPORTE TÉCNICO em garantia, sem custo adicional;
- 3.17 - O suporte técnico em garantia deverá ser prestado sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;
- 3.18 - O suporte técnico em garantia será prestado de forma remota ou de forma presencial (on-site), nas dependências da CONTRATANTE (local de instalação), na modalidade 24/7;
- 3.19 - O atendimento remoto será realizado por meio de serviço telefônico gratuito ou sistema web indicado pela CONTRATADA. O prazo de atendimento começará a ser contado a partir da abertura do chamado;
- 3.20 - Caso o canal de atendimento estabelecido esteja indisponível, a CONTRATANTE encaminhará um e-mail à CONTRATADA solicitando a abertura do chamado. O prazo de atendimento começará a ser contado a partir da data e hora do envio do e-mail;
- 3.21 - Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e estadia do seu técnico ao/no local da instalação do equipamento, bem como pela retirada e entrega de peças de reposição e demais componentes necessários, com todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes. A janela de horário para substituição e manutenção deve ser previamente acordada com os responsáveis técnicos;
- 3.22 - A CONTRATADA deverá disponibilizar meios para que a equipe técnica da CONTRATANTE possa acompanhar os atendimentos do suporte técnico em garantia, on-line, em portal web com acesso controlado por senha;
- 3.23 - Os chamados de suporte técnico em garantia junto à CONTRATADA deverão ser atendidos por profissionais da CONTRATADA, em português;

- 3.24 - Se solicitado, a CONTRATADA deverá assistir remotamente na instalação e no uso dos softwares que façam parte da solução, nativos ou externos ao equipamento, fornecendo orientações para diagnóstico de problemas e ajuda na interpretação de traces, dumps e logs, assim como apoiar no envio de informações relevantes ao fabricante para tratativas de eventuais problemas;
- 3.25 - A realização de mudanças no ambiente de operação deverá cumprir requisitos estabelecidos no processo de gerenciamento de mudanças da CONTRATANTE;
- 3.26 - Um chamado técnico somente poderá ser fechado após o aceite da CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento;
- 3.27 - Um chamado fechado, sem anuência da CONTRATANTE ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da data de abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das multas e sanções previstas;
- 3.28 - No final do atendimento, o técnico da CONTRATADA deverá elaborar um relatório de ocorrência onde conste o problema causador do chamado, a solução encontrada, as pendências, a data e hora do chamado, do início e do fim do atendimento. Esse relatório deve ter a concordância e assinatura de um técnico da CONTRATANTE;
- 3.29 - Caso seja necessário, a CONTRATADA poderá aplicar solução de Contorno, providenciando em caráter temporário componente/equipamento equivalente para substituição do item danificado, estando a CONTRATADA responsável por toda logística, instalação e configuração dos equipamentos, assim como pela retirada dos antigos, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;
- 3.30 - A CONTRATADA manterá cadastro das pessoas indicadas pela CONTRATANTE que poderão efetuar abertura e autorizar fechamento de chamados;
- 3.31 - A responsabilidade do serviço de remoção, logística e embalagem dos equipamentos para transporte é da CONTRATADA;
- 3.32 - A CONTRATADA deverá cumprir prazos máximos para resposta aos acionamentos de acordo com o nível de severidade de cada chamado:
- 3.32.1 - Severidade ALTA: Esse nível de severidade é aplicado quando a solução se encontra indisponível ou há impossibilidade de uso. Há uma falha no equipamento que deixe indisponíveis seus recursos;
 - 3.32.2 - Severidade MÉDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha em que a solução se encontra parcialmente indisponível ou com degradação da performance e/ou tempo de resposta;
 - 3.32.3 - Severidade BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado quando a solução se encontra disponível, sem degradação de performance e/ou tempo de resposta, porém há discos ou outros componentes em estado de falha; e
 - 3.32.4 - Severidade MUITO BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado em situações em que é necessário realizar consulta sobre problemas ou dúvidas gerais sobre a solução. A correção pode ser feita de forma agendada, em um momento futuro.

Evento	Níveis de severidade			
	ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA
Prazo para a solução em horas corridas (a partir da abertura do chamado)	6 (seis) horas corridas	12 (doze) horas corridas	Até o 2º (segundo) dia útil após a abertura do chamado	Até o 5º (quinto) dia útil após a abertura do chamado



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
OBJETO	Item 1 - Quantidade: 04 Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador: 32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap /Hot Plug), incluindo: Garantia On Site: Superior 60 MESES Item 2 – Quantidade: 01 Serviço de instalação e configuração		
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO		SIAPE	

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

Funcionários da Contratada		
Nome	CPF	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, sediado na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 42.521.088/0001-37, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a _____, sediada em _____, nº _____. cep: _____, CNPJ nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º _____** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente,



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis,



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-3000

para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/>	<hr/>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

ANEXO II

VALORES DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910
Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

ANEXO II - VALORES DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO

Grupo 1 - Aquisição de 04 (quatro) servidores tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor unitário	Valor total (60 meses)
1	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador:32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), incluindo: Garantia On Site: Superior 60 MESES	unidade	04	R\$ 482.095,20	R\$ 1.928.380,80
2	Serviço de instalação e configuração	unidade	01	R\$ 23.619,20	R\$ 23.619,20
Valor total da contratação					R\$ 1.952.000,00

VALOR GLOBAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 1.952.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil reais).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)
PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

Razão Social:					
CNPJ:					
Endereço:					
Tel/Fax:					
Banco:		Agência:		Conta:	

Apresentamos a nossa proposta referente à aquisição de 04 (quatro) servidores tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de sessenta meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Grupo	Item	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador: 32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), incluindo Garantia On Site: Superior 60 MESES.	04	Unidade	R\$	R\$
	2	Serviço de instalação e configuração.	01	Unidade	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO)

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS.

Declaro ter pleno conhecimento do Termo de Referência e que estão incluídos no preço apresentado todos os insumos que o compõe, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta contratação.

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal do Licitante)

(Nome do Representante Legal do Licitante e número e designação do órgão emissor da sua Cédula de Identidade)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 (PE Nº 90.001/2026)

PROCESSO Nº 52402.006265/2025-59

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

(Processo Administrativo nº 52402.006265/2025-59)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE
INDUSTRIAL E

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, Autarquia Federal, criado pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com sede na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 52402.006265/2025-59 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de 04 (quatro) servidores do tipo rack, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e garantia de 60 (sessenta) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC- TIC	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Servidor Tipo: Rack, Processadores Físicos: 1, Núcleos Por Processador:	481693	Unidade	Não possui	04	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	32, Memória Ram: Superior A 1TB., Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd, Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug), incluindo: Garantia On Site: Superior 60 MESES						
2	Serviço de instalação e configuração	27111	Unidade	Não Possui	01	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita

execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
 - e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.4.3. Das indenizações e multas.
- 12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.6. O Contratante poderá ainda:
- 12.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 12.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - I) Gestão/Unidade: 18801 / 183038;
 - II) Fonte de Recursos: 1050;
 - III) Programa de Trabalho: 2801/21FI/0001;
 - IV) Elemento de Despesa: 44905243, 44904003;
 - V) Plano Interno: CGTI;
 - VI) Nota de Empenho: [...];
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-